



Capítulo 10

Tocantins

Roberto Porro

Andrea Elena Pizarro Muñoz

Adriano Prysthon da Silva

Onivaldo da Rocha Mendes Filho

Thiago José Arruda de Oliveira

Marta Eichemberger Ummus

Eduardo Luiz Damiani Goyos Carlini



Encarte das
microrregiões
geográficas
do estado do
Tocantins

10.1

Contextualização

O Tocantins é o estado mais novo da Federação, criado em 1988 pela Assembleia Nacional Constituinte. Está localizado na região Norte do país, possui uma área territorial de 277.423,67 km², com 139 municípios (IBGE, 2022a), que abrigam 1.511.460 habitantes, indicando crescimento populacional de 9,25% em relação ao registrado no Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010). A capital é Palmas, cidade mais populosa do estado, com aproximadamente 303 mil habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022a). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado é dividido em oito microrregiões geográficas: Araguaína, Bico do Papagaio, Gurupi, Miracema do Tocantins, Rio Formoso, Dianópolis, Jalapão e Porto Nacional.

Os vínculos históricos com o estado de Goiás, assim como a prevalência do bioma Cerrado na sua área territorial, inserem naturalmente o Tocantins no contexto das regiões do agronegócio, soberano no Centro-Oeste brasileiro (Oliveira; Rodrigues, 2019). Esse relacionamento se evidencia ao sul da microrregião de Araguaína, que, embora apresente solos pobres em nutrientes e, em sua maioria, arenosos, dispõe de áreas planas e abertas, adequadas para a monocultura em extensas propriedades rurais. Os principais expoentes dessa dinâmica são a Chapada do Alto Parnaíba, ao nordeste, onde se encontra Campos Lindos do Tocantins, maior produtor estadual de soja, e a Planície do Rio Araguaia/Ilha

139
municípios

8
microrregiões
geográficas

48,3%
de cobertura
florestal
conservada

do Bananal, ao sudoeste, conhecida pela produção irrigada de arroz.

A única microrregião no Tocantins que resiste ao domínio do agronegócio é o Bico do Papagaio, caracterizado pelo clima subequatorial úmido e subúmido, com significativa presença da Floresta Amazônica e da Mata de Cocais, em que predomina a palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. Ex Spreng.), e Florestas Estacionais (Dantas et al., 2019), compondo uma estrutura contrastante com o restante do estado. No Bico do Papagaio, 82% dos estabelecimentos rurais enquadram-se como de agricultura familiar, a maior proporção do estado. Uma vasta quantidade de projetos de assentamento da reforma agrária (PAs), especialmente próximos à confluência dos rios Araguaia e Tocantins, também compõe a estrutura fundiária regional. As presenças de uma reserva extrativista (Resex Extremo Norte do Estado do Tocantins), uma terra indígena (Apinajé) e um território quilombola em processo de reconhecimento (Comunidade Ilha de São Vicente) ilustram a diversidade de grupos sociais associados ao uso das riquezas naturais nessa região, refletindo seu elevado valor cultural devido à expressão dos saberes locais.

Segundo o Projeto MapBiomass¹, há predominância de florestas no Tocantins, cobrindo 48,3% do território, num total

de 13,4 milhões de hectares. A agropecuária, que engloba pastagens e agricultura, ocupa 37% do território, refletindo a relevância dessa atividade na dinâmica socioeconômica do estado.

Os dados de desmatamento fornecidos pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2024) revelam um total acumulado de 111.572,16 km², o que corresponde a 40,2% do território do Tocantins. Esse dado demonstra a intensa pressão sobre a cobertura florestal, influenciada principalmente pelo avanço da agropecuária.

O Tocantins contém 63.808 estabelecimentos agropecuários em 15,1 milhões de hectares, equivalente a 54% da área do estado. A agricultura familiar desempenha um papel importante, constituída por 44.955 estabelecimentos e 19% da área total do estado. Destes, o grupo de produtores classificados na categoria B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que engloba pequenos agricultores familiares, abrange 29.164 estabelecimentos e uma área de 1,6 milhão de hectares (5,7% do total do estado). Esses dados expressam a elevada concentração de terras no estado: o índice de Gini para concentração fundiária é 0,7770, indicando alta desigualdade.

Em termos de categorias territoriais, 13 terras indígenas ocupam 9,4% da área do Tocantins. Os territórios quilombolas somam 69.925 ha (0,2%), enquanto as unidades de conservação de proteção integral, como parques nacionais

¹ “O projeto MapBiomass é uma iniciativa do Observatório do Clima, co-criada e desenvolvida por uma rede multi-institucional envolvendo universidades, organizações não governamentais e empresas de tecnologia com os propósitos de mapear anualmente a cobertura e uso da terra do Brasil e monitorar as mudanças do território.” (MapBiomass, 2024a).

e estaduais, ocupam 5,8% do território, um dado significativo para políticas de conservação ambiental. O fato de 27% do território estar classificado como “terra com destinação desconhecida” indica que uma área significativa do estado pode estar sujeita a conflitos fundiários ou especulação, representando um desafio para a governança territorial.

Os dados referentes à área total e ao valor da produção agrícola destacam a cultura de soja, com R\$ 9,8 bilhões em 2023, seguida por milho e arroz, sendo as duas primeiras commodities de exportação. O principal produto do extrativismo é o pequi, com maior valor da produção e quantidade produzida, estando presente em mais de 6 mil estabelecimentos agropecuários, sendo o município de Pugmil o principal representante, com produção de 519 t em 2023 (IBGE, 2023b). O segundo produto do extrativismo é o babaçu, que tem um papel social relevante, pois é extraído principalmente em comunidades tradicionais habitadas por quebradeiras de coco na microrregião do Bico do Papagaio. Em 2023, o município de Riachinho liderou a produção, com 200 t (IBGE, 2023b). A silvicultura tem o eucalipto como principal destaque, servindo para lenha e toras destinadas às indústrias de papel e de carvão. Essa produção está concentrada no norte do Tocantins, especialmente em Goiatins, Araguaína, Wanderlândia e Palmeirante (Brasil, 2021), localidades próximas de fábrica sediada em Imperatriz, Maranhão. O cultivo de *Pinus* sp. e teca emergem como opções de produtos madeireiros, porém espacialmente restritos no estado.

Em relação à pecuária, os dados indicam que o rebanho bovino é a atividade mais expressiva, com um total de 11,3 milhões de cabeças em 2023 e valor do rebanho vendido superior a R\$ 2,6 bilhões (em 2017). Entre os produtos da criação animal, o leite é o principal, com 417 milhões de litros em 2023 (IBGE, 2023c).

Os dados de piscicultura revelam um crescimento significativo entre 2017 e 2022. A principal produção é de peixes redondos, como tambaqui e tambacu, que, em conjunto, geraram em torno de 8,3 mil toneladas em 2023, seguidos pelo pintado, com 1,4 mil toneladas (IBGE, 2023c). De acordo com o Censo da Piscicultura (Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins, 2020), a atividade está difundida em 1.099 estabelecimentos agropecuários no estado, contrastando com dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), que indicavam 574 estabelecimentos. A piscicultura apresenta grande potencial como alternativa sustentável para a diversificação de renda e segurança alimentar para os produtores familiares e de pequena escala, tendo em vista que metade das propriedades com piscicultura tem menos de 80 ha.

O estado do Tocantins conta com uma vasta rede hidrográfica devido à sua total inserção na maior bacia totalmente brasileira, a Bacia Hidrográfica Tocantins-Araguaia. Contudo, a pesca artesanal de caráter comercial (apesar de ser atividade tradicional entre comunidades ribeirinhas, tanto como fonte de alimento quanto como fonte de renda) está limitada ao longo dos rios federais Tocantins e

Araguaia. Quando realizada por profissionais da pesca, a atividade é proibida nos rios estaduais, sendo permitida apenas nas modalidades amadora e de subsistência. Essa restrição geográfica está correlacionada com a legislação estadual vigente, que regulamenta a atividade pesqueira e classifica a pesca artesanal com caráter comercial como predatória (Tocantins, 1997), limitando, assim, a prática da pesca apenas aos rios sob jurisdição federal.

As maiores comunidades pesqueiras encontram-se na região do Araguaia, com destaque para a Colônia Z-01, em Araguatins, com 1.100 pescadores; a Colônia Z-21, em Esperantina, com 676 pescadores; e a Colônia Z-17, em Pau D'Arco, com 367 pescadores, todas localizadas no norte do estado (Pryston et al., 2022). O número de pescadores das demais comunidades pesqueiras varia entre 180 e 43 pescadores. Em relação ao Rio Tocantins, a atividade pesqueira persiste nas colônias, representadas pelas associações, mesmo após a construção de usinas hidroelétricas (UHEs), como a de Peixe Angical e São Salvador, ao sul do estado (Flores et al., 2016).

Embora, nos últimos anos, tenha crescido a quantidade de projetos de aquicultura em águas da União, com o uso de tanque-rede, principalmente nos lagos das UHEs Lajeado e Estreito, a pesca artesanal ainda desempenha papel

importante na economia local e na subsistência das famílias da Bacia Araguaia-Tocantins.

Em 2020, estimou-se o volume anual produzido a partir da pesca artesanal entre 4 mil e 5 mil toneladas. Oficialmente, não há coletas de dados sistemáticas disponibilizadas publicamente, o que impossibilita o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas ao setor. O pouco monitoramento existente limita-se a condicionantes de licenças ambientais de UHEs e projetos de pesquisa, cujos dados ainda não são públicos. Nesse sentido, a falta de informação produtiva contínua e do monitoramento de desembarques têm sido os principais desafios da pesca artesanal no Tocantins (Pryston; Mendes, 2023), além de outras deficiências, como falta de assistência técnica, fiscalização inadequada, deficiência na agregação de valor e comercialização do pescado, desvalorização cultural e violação de direitos humanos e degradação generalizada dos ecossistemas devido aos modelos insustentáveis de desenvolvimento econômico na Bacia Tocantins-Araguaia.

No entanto, em 2024, o governo do Tocantins fomentou, por meio de atos normativos (Tocantins, 2024a, 2024b, 2024c, 2024d), iniciativas para promover um plano de monitoramento de desembarques pesqueiros e a formação de grupos de trabalho para debate permanente sobre a cadeia produtiva da pesca artesanal.

10.2



Área

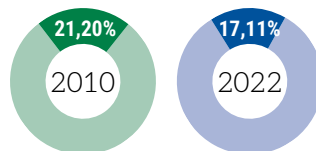
277.423,627 km²



População

1.511.460 habitantes

População rural



Densidade demográfica

5,45 habitantes por quilômetro quadrado

Densidade demográfica rural

0,25 habitante por quilômetro quadrado

Fonte: IBGE (2010b, 2022a).

Demografia e ambiente

O mapa da Figura 10.1 ilustra a localização e os limites das oito microrregiões geográficas do estado do Tocantins, inseridas em duas mesorregiões: as microrregiões Bico do Papagaio, Araguaína, Miracema do Tocantins, Rio Formoso e Gurupi compõem a mesorregião Ocidental do Tocantins, enquanto as microrregiões Porto Nacional, Jalapão e Dianópolis constituem a mesorregião Oriental do Tocantins. O mapa indica a localização da capital estadual, Palmas, assim como dos principais rios e das rodovias federais situadas no estado (BR-010, BR-153 e BR-242).

Em termos de superfície territorial, o Tocantins é o quinto maior estado da Amazônia Legal Brasileira. Quanto às características demográficas e ambientais do estado, o índice de 17,11% de população rural, conforme o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022a), representa uma redução de pouco menos de 4% quando comparado aos 21,20% registrados no Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010a), e resulta numa densidade demográfica rural² de 0,25 habitante por quilômetro quadrado (equivalente a 100 ha).

² Para o cálculo da densidade demográfica rural, subtraiu-se a área urbanizada do total da área territorial do estado, a partir dos dados de 2023 do Projeto MapBiomass (MapBiomass, 2025).

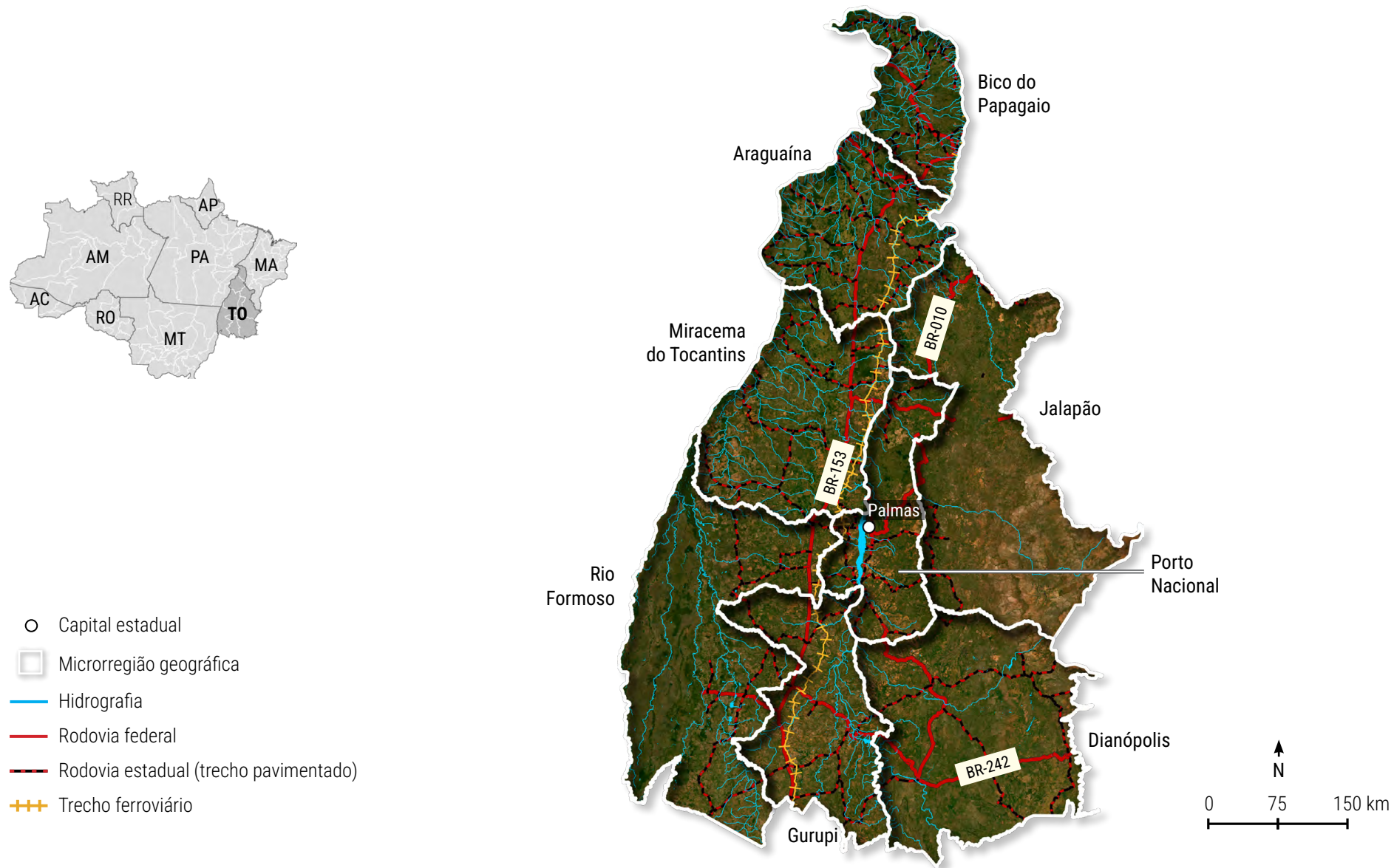
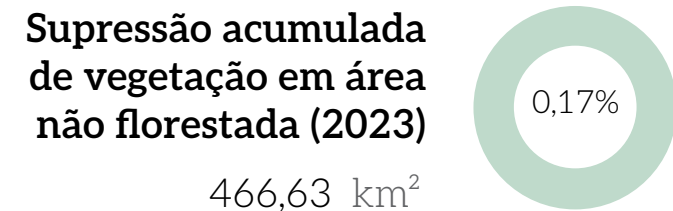


Figura 10.1. Limites geográficos e de microrregiões, hidrografia e infraestrutura rodoviária do estado do Tocantins.

Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (2017), IBGE (2022b, 2023d), Planet Labs PBC (2024) e Tocantins (2025).

Em relação ao desmatamento e à supressão vegetal, por um lado, os dados do Prodes do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2025) indicam que o desmatamento acumulado no estado do Tocantins supera 111 mil quilômetros quadrados, pouco mais de 40% da superfície estadual, mas que 8,7% desta área (9.724 km² ou 3,51% da área total do estado) foi desmatada nos últimos 5 anos. Destaca-se que a maior parte da área desmatada no estado do Tocantins ocorre no bioma Cerrado (90.498 km² ou 81,1% do total), sendo que 99,5% do desmatamento recente ocorreu neste bioma. Por outro lado, até o ano de 2023, a supressão de vegetação em área não florestada alcançou, no estado do Tocantins, uma área cumulativa de 466,63 km² (0,17% da área estadual).

A Figura 10.2 apresenta a ocorrência absoluta (em ha) e relativa (em %) das cinco classes de cobertura da terra utilizadas pelo Projeto MapBiomas, assim como a área de 14 das 18 subclasses desta tipologia que ocorrem no estado e a porcentagem relativa de cada subclasse. A partir dos dados do MapBiomas (MapBiomas, 2025), é possível deduzir que 80% da área desmatada para uso agropecuário no estado do Tocantins foi convertida em pastagens, 13% para agricultura e menos de 1% para silvicultura. Vale destacar que cerca de 6,5% da área convertida para uso agropecuário no estado foi identificada como “mosaico de usos”, que, de acordo com a metodologia MapBiomas, refere-se a “áreas de uso agropecuário onde não foi possível distinguir entre pastagem e agricultura”.



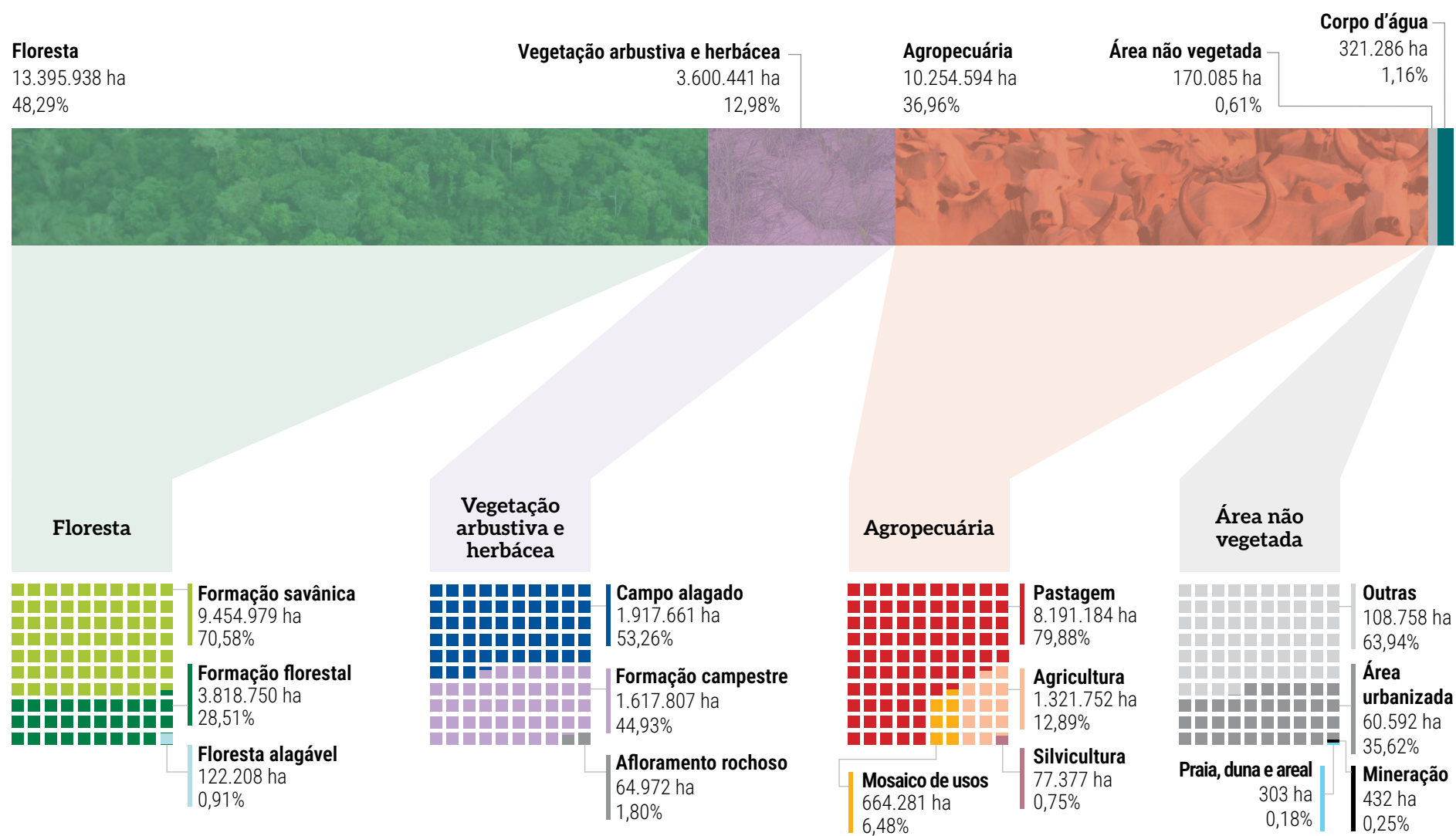


Figura 10.2. Classes e subclasses de cobertura da terra do estado do Tocantins em 2023.

Fonte: MapBiomas (2025).

10.3

Estrutura fundiária e categorias territoriais

De acordo com o IBGE, o estado do Tocantins contava, em 2017, com pouco menos de 64 mil estabelecimentos agropecuários, perfazendo uma área de 15,2 milhões de hectares ou cerca de 54,7% da superfície estadual, conforme apresentado na Figura 10.3. Estabelecimentos considerados da agricultura familiar representavam 70,5% desse contingente, ocupando 19% da área total. Dentre esses, 65% eram constituídos pelo segmento de acesso ao crédito rural na categoria B do Pronaf, sendo mais vulneráveis, tendo menor nível de renda e cuja área média (54 ha) equivalia a menos de um quarto da área média para o total de estabelecimentos do estado (239 ha).

Conforme salientado na descrição metodológica apresentada no primeiro capítulo desta publicação, para evitar duplicidade de informações sobre a categoria de assentamentos de reforma agrária (obtidas a partir da base de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – e informadas posteriormente nesta seção), os dados (número e área de estabelecimentos) para a categoria de estabelecimentos definidos pelo IBGE como “assentados ou concessionários aguardando titulação” são tratados separadamente, conforme apresentado na Figura 10.3, sendo também excluídos da representação na Tabela 10.1 e Figura 10.4. No caso do Tocantins, estes dados se referem a 7.533 estabelecimentos (12% do total) que ocupavam 337.460 ha (apenas 2,2% da área total).



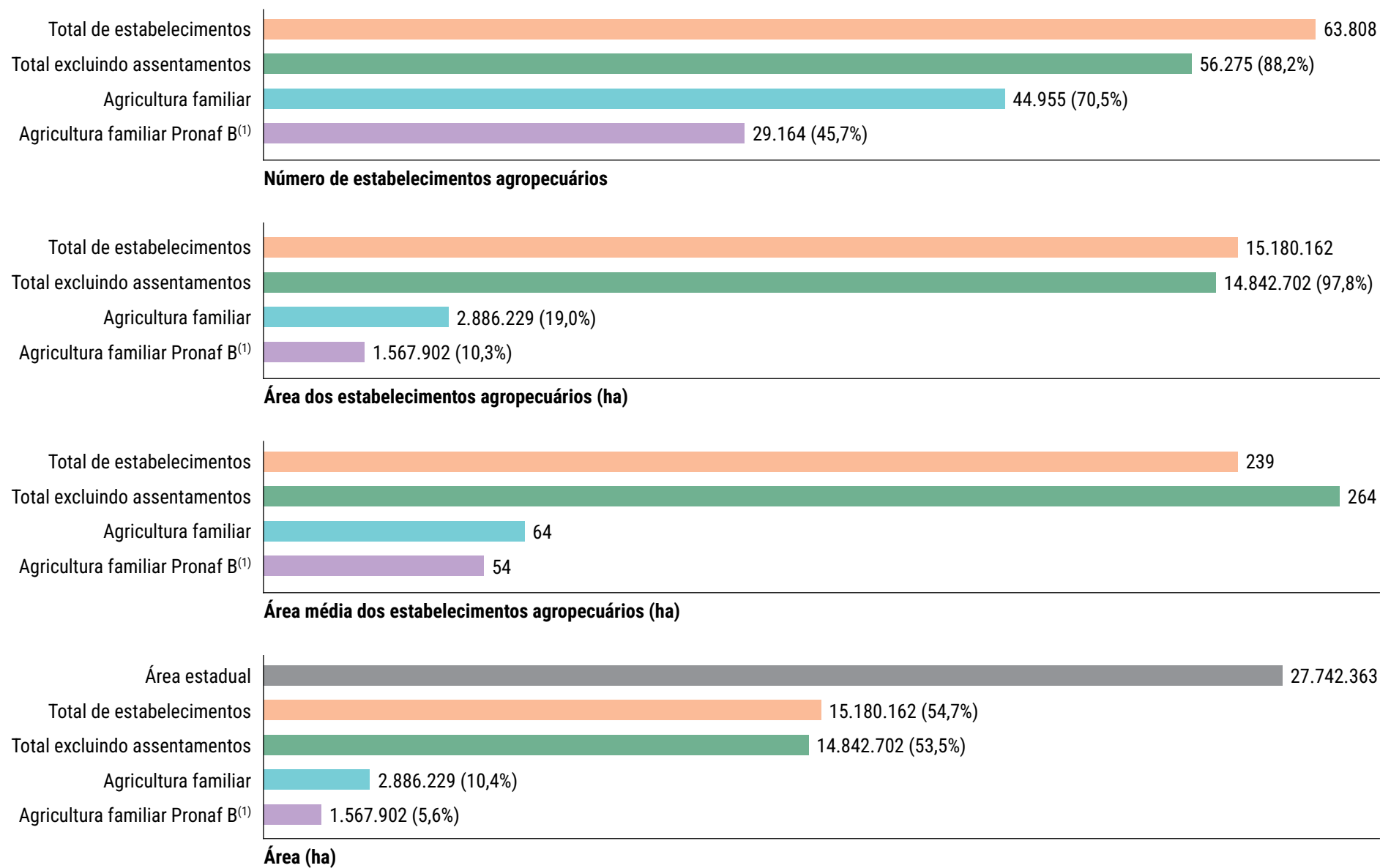


Figura 10.3. Estabelecimentos agropecuários do estado do Tocantins.

⁽¹⁾ Refere-se à categoria B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Fonte: IBGE (2017).

Tabela 10.1. Categorias territoriais do estado do Tocantins⁽¹⁾.

Categoria territorial	Número	Área (ha)	Área (%)	Número de domicílios
Terra indígena (TI) ⁽²⁾	13	2.597.351	9,36	3.206
Território quilombola (TQ)	6	66.925	0,24	602
Território agroextrativista (TAE)				
Reserva extrativista (Resex)	1	9.110	0,03	53
Reserva de desenvolvimento sustentável (RDS)	0	0	0,00	0
Floresta nacional (Flona) ou Floresta estadual (FES)	0	0	0,00	0
Projeto de assentamento agroextrativista (PAE), Projeto de assentamento agroextrativista (Peaex) ou Projeto de assentamento florestal (PAF)	0	0	0,00	0
Projeto de desenvolvimento sustentável (PDS)	0	0	0,00	0
Assentamento convencional	378	1.241.685	4,48	23.405
Estabelecimento agropecuário	56.275	14.842.699	53,50	56.275
Unidade de conservação de proteção integral	8	1.618.875	5,83	–
Área urbanizada	–	60.592	0,22	–
Corpo d'água	–	321.286	1,16	–
Terra com destinação desconhecida	–	7.569.071	27,29	–

⁽¹⁾ Número e área de estabelecimentos agropecuários excluem "concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva".
⁽²⁾ Não inclui área nem número de domicílios das TIs Javaé/Ava Canoeiro (Canoanã) e Krahô-Kanela Takaywrá (em fase de estudos).
 Traço (–): Informação não aplicável.
 Fonte: IBGE (2017, 2022a), Comissão Pró-Índio de São Paulo (2024), Funai (2024), Incra (2025), Instituto Socioambiental (2025a, 2025b) e MapBiomas (2025).

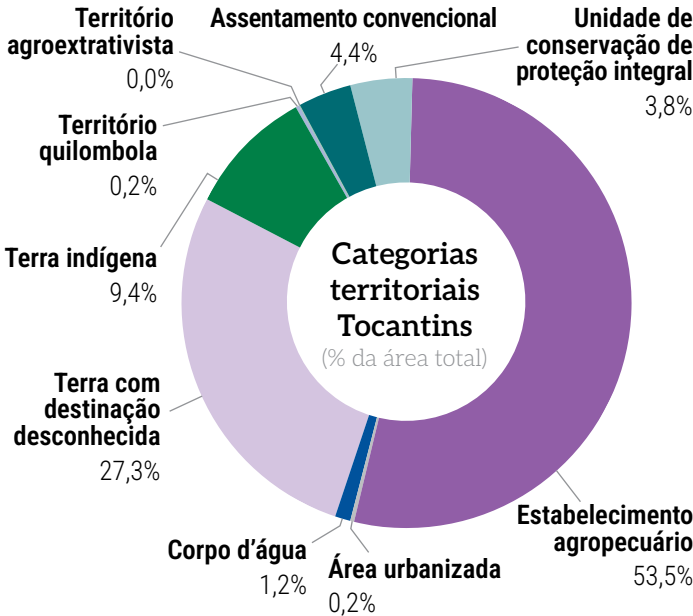


Figura 10.4. Categorias territoriais (% da área total) do estado do Tocantins, após excluir sobreposições.

Fonte: IBGE (2017, 2022a), Comissão Pró-Índio de São Paulo (2024), Funai (2024), Incra (2025), Instituto Socioambiental (2025a, 2025b) e MapBiomas (2025).

A Tabela 10.1 sintetiza a ocorrência das categorias territoriais no estado do Tocantins e suas respectivas áreas e população residente, conforme as bases de dados consultadas. A tabela indica que não ocorrem, no Tocantins, quatro das categorias focalizadas no estudo: reservas de desenvolvimento sustentável, florestas nacionais ou estaduais, assentamentos agroextrativistas e projetos de desenvolvimento sustentável. Estão localizadas no estado 8 unidades

de conservação de proteção integral, totalizando mais de 1,6 milhão de hectares. As 13 terras indígenas, 6 territórios quilombolas, 1 reserva extrativista e 378 assentamentos de reforma agrária do estado do Tocantins reúnem cerca de 27 mil famílias ou domicílios que, quando somadas às famílias residentes nos cerca de 56 mil estabelecimentos agropecuários (após a exclusão dos assentamentos), totalizam mais de 83 mil famílias. Considerando a área total do estado (cerca 277 mil quilômetros quadrados), a categoria territorial de estabelecimentos agropecuários resulta ser a de maior expressão (53,5% da área), seguida das categorias de terras indígenas (9,4%), assentamentos de reforma agrária (4,4%) e unidades de conservação de proteção integral (3,8%). Terras com destinação desconhecida constituem 27,3% da área estadual.

Três procedimentos foram realizados para o tratamento dos dados no sentido de reduzir áreas sobrepostas e obter uma aproximação do que seria a participação relativa de cada categoria territorial no total da área do estado do Tocantins. O primeiro foi o já mencionado ajuste relativo à categoria “estabelecimentos agropecuários” mediante a exclusão dos estabelecimentos classificados como concessionários ou assentados aguardando titulação definitiva. O segundo ajuste consistiu na identificação e exclusão de áreas com sobreposição entre nove categorias territoriais, sendo adotada a seguinte ordem de priorização para manutenção da área em uma das categorias sobrepostas e sua exclusão da outra: (1) terra indígena (TI); (2) território quilombola (TQ); (3) reserva extrativista (Resex); (4) reserva de

desenvolvimento sustentável (RDS); (5) projeto de assentamento agroextrativista (PAE), projeto estadual de assentamento agroextrativista (Peaex) e projeto de assentamento florestal (PAF); (6) projeto de desenvolvimento sustentável (PDS); (7) projeto de assentamento convencional; (8) floresta nacional (Flona) ou floresta estadual (FES); (9) unidade de conservação de proteção integral. Vale ressaltar que tal hierarquização foi definida, neste estudo, a partir do critério de priorização de categorias com presença de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares (nesta ordem) apenas com o objetivo de simulação de um cenário de suposta ausência de sobreposições territoriais, não sendo, porém, adotada, por órgãos fundiários ou ambientais.

A Tabela 10.2 relaciona as nove situações de sobreposição identificadas envolvendo estas categorias territoriais nas respectivas microrregiões geográficas do estado do Tocantins. Na primeira coluna da tabela, estão indicadas as unidades territoriais cuja área em sobreposição foi excluída para elaboração da Figura 10.4, enquanto, na última coluna, constam as unidades territoriais cuja área sobreposta foi mantida na elaboração da figura.

Contudo, conforme mencionado no primeiro capítulo, uma das principais limitações deste trabalho reside no fato de não terem sido identificadas sobreposições entre estabelecimentos agropecuários ou imóveis rurais e as demais categorias, fenômeno que constitui a principal fonte de conflitos fundiários na Amazônia. Como artifício utilizado neste trabalho, após os dois ajustes mencionados acima,

Tabela 10.2. Unidades territoriais em sobreposição no estado do Tocantins⁽¹⁾.

Unidade territorial em sobreposição ⁽²⁾	Microrregião geográfica ⁽³⁾								Sobreposição (ha)	Unidade territorial em sobreposição ⁽⁴⁾
	BP	AR	MT	RF	GU	PN	JA	DI		
1. Parque Nacional do Araguaia				X					566.830	TI Inãwébohona (385.161 ha), TI Utaria Wyhyna/Iròdu Iràna (180.769 ha), TI Parque do Araguaia (900 ha)
2. Parque Nacional do Araguaia				X					139	Parque Estadual do Cantão (139 ha)
3. Parque Nacional do Araguaia				X					2	PA Loroty (2 ha)
4. Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins		X							1.061	PA Recreio (664 ha), PA Retiro II (397 ha)
5. Parque Estadual do Cantão				X					587	PA Manchete (267 ha), PA Macaúba (185 ha), PA Onalício Barros (135 ha)
6. Parque Estadual do Cantão				X					232	TI Utaria Wyhyna/Iròdu Iràna (232 ha)
7. PA Caracol				X					16.270	TI Taego Āwa (16.270 ha)
8. PA Cupim	X								102	Resex Extremo Norte do Estado do Tocantins (102 ha)
9. PA Loroty				X					8	TI Parque do Araguaia (8 ha)

⁽¹⁾ PA: Projeto de assentamento; TI: Terra indígena.

⁽²⁾ Área sobreposta excluída da Figura 10.4.

⁽³⁾ Microrregiões geográficas identificadas pelas iniciais indicadas a seguir – BP: Bico do Papagaio, AR: Araguaína, MT: Miracema do Tocantins, RF: Rio Formoso, GU: Gurupi, PN: Porto Nacional, JA: Jalapão, DI: Dianópolis.

⁽⁴⁾ Área mantida na Figura 10.4.

X: Indica a microrregião geográfica onde está situada cada unidade territorial.

Fonte: Brasil (2024b), Funai (2024) e Incra (2025).

um terceiro procedimento foi aplicado (caso a soma da área das categorias territoriais ainda superasse a área total da microrregião geográfica – MRG): a área dos estabelecimentos agropecuários foi artificialmente reduzida, de forma que a soma das áreas das categorias territoriais coincidissem com a área total da MRG, sendo feita a devida anotação para indicar

o procedimento e dimensionando o fenômeno de disputa por território. Tal situação, porém, não ocorreu no estado do Tocantins. Outra limitação do trabalho consiste na imprecisão dos dados para a categoria “Terra com destinação desconhecida”, calculada por subtração entre a área total da MRG e a soma das outras categorias. Em Tocantins, esta categoria resultou em cerca de 7,5 milhões de hectares ou pouco mais de 27% da área estadual. Considerando a imprecisão da informação declaratória para determinação do número e da área de estabelecimentos agropecuários, a área atribuída a “terras com destinação desconhecida” é provavelmente maior do que a calculada neste estudo.

A Figura 10.4 sintetiza os dados da Tabela 10.1 sobre a distribuição relativa da área das categorias territoriais no estado do Tocantins, porém levando em consideração as sobreposições identificadas, sendo que relações detalhadas das sobreposições territoriais são apresentadas nos encartes de cada microrregião geográfica, que constituem parte integrante desta obra. Por fim, o mapa da Figura 10.5 apresenta a localização das categorias territoriais no estado com legendas indicativas e os limites das oito microrregiões geográficas, enquanto as Tabelas 10.3 e 10.4 relacionam nominalmente as 13 terras indígenas e 9 unidades de conservação que ocorrem no estado, indicando as microrregiões geográficas em que ocorrem e as áreas respectivas. As tabelas incluem códigos identificadores para as terras indígenas e para as unidades de conservação com o objetivo de facilitar a visualização das áreas nos mapas detalhados (que podem ser verificados no encarte das respectivas microrregiões).

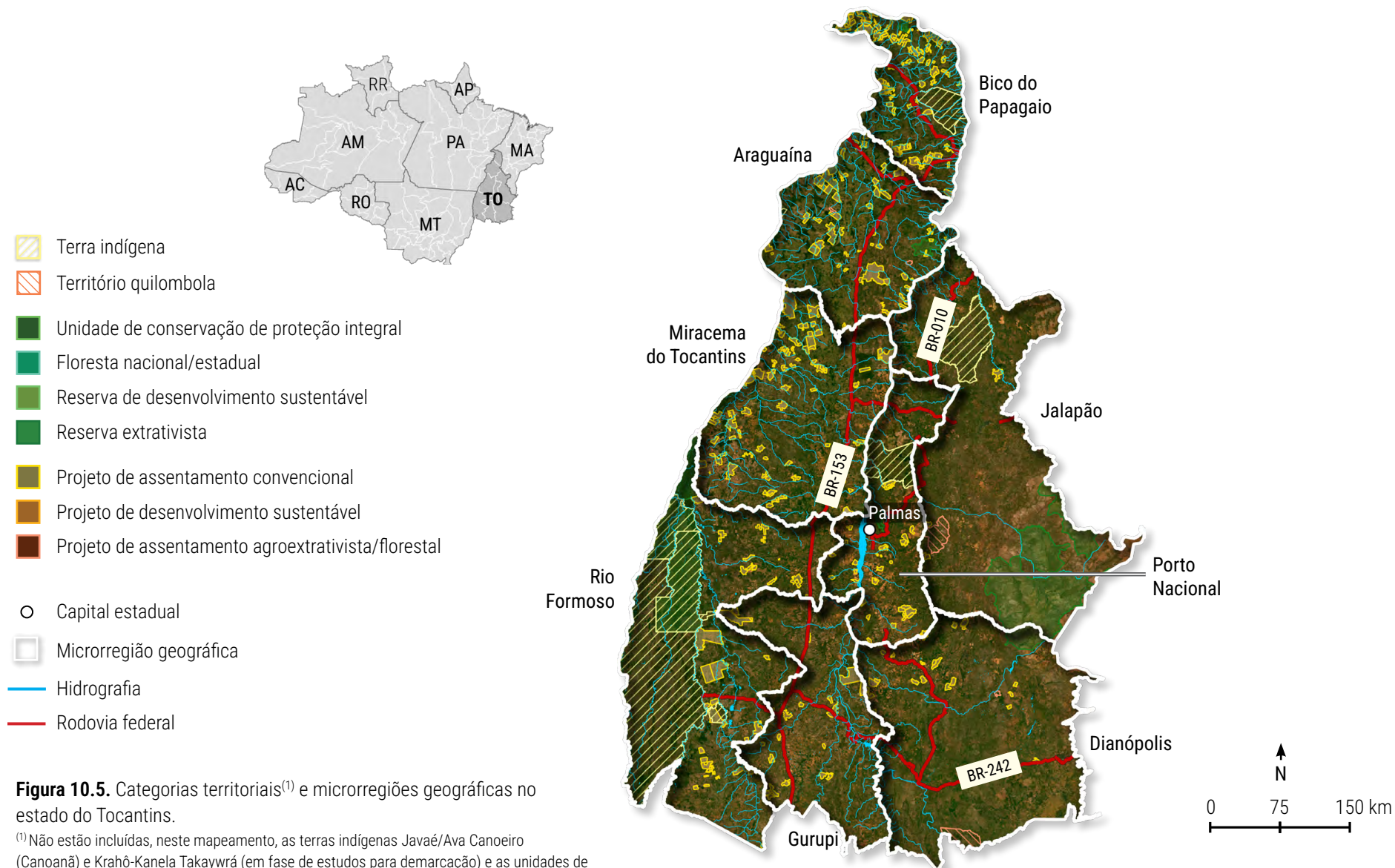


Tabela 10.3. Terras indígenas no estado do Tocantins.

Identificador	Nome da terra indígena	Microrregião geográfica ⁽¹⁾								Área (ha) ⁽²⁾	Etnia	Situação
		BP	AR	MT	RF	GU	PN	JA	DI			
TI-019	Apinayé	X								143.160,98	Apinayé	Regularizada
TI-097	Funil						X			15.920,74	Xerente	Regularizada
TI-115	Inãwébohona				X					379.537,10	Javaé, Karajá	Regularizada
TI-165	Krahô-Kanela				X					7.706,63	Krahô-Kanela	Regularizada
TI-166	Kraolândia							X		307.432,51	Krahô	Regularizada
TI-198	Maranduba			X						179,57	Iny Karajá	Regularizada
TI-240	Araguaia				X					1.362.942,94	Avá-Canoeiro, Iny Karajá, Javaé e Tapirapé	Regularizada
TI-329	Taego Āwa				X					29.185,12	Avá-Canoeiro	Declarada
TI-366	Utaria Wyhyna/Iròdu Iràna				X					179.895,94	Iny Karajá e Javaé	Declarada
TI-378	Xambioá		X							3.464,36	Guarani Mbya e Karajá do Norte	Regularizada
TI-379	Xerente						X			167.925,96	Guarani Mbya e Xerente	Regularizada
...	Javaé/Ava Canoeiro (Canoanã)				X					...	Javaé	Em estudo
...	Krahô-Kanela Takaywrá				X					...	Krahô-Kanela	Em estudo

⁽¹⁾ Microrregiões identificadas pelas iniciais indicadas a seguir – BP: Bico do Papagaio, AR: Araguaína, MT: Miracema do Tocantins, RF: Rio Formoso, GU: Gurupi, PN: Porto Nacional, JA: Jalapão, DI: Dianópolis.

⁽²⁾ Área territorial das terras indígenas é informada conforme registrado na soma das alocações municipais no estado, de acordo com o Painel de Terras Indígenas do Instituto Socioambiental.

Três-pontos (...): Informação não disponível (identificadores não inseridos, pois as áreas não estão representadas no mapa, uma vez que seus perímetros não estavam disponíveis nas bases de dados consultadas; área da TI não disponível pois ainda não ocorreu demarcação).

X: Indica a microrregião geográfica onde está situada cada terra indígena.

Fonte: Funai (2024) e Instituto Socioambiental (2025b).

Tabela 10.4. Unidades de conservação de proteção integral (UCIs) e unidades de conservação de uso sustentável (UCS) no estado do Tocantins⁽¹⁾.

Identificador	Nome da unidade de conservação	Microrregião geográfica ⁽²⁾								Área (ha) ⁽³⁾
		BP	AR	MT	RF	GU	PN	JA	DI	
UCI-021	Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins							X	X	634.133,28
UCI-025	Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono							X		1.457,59
UCI-026	Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins		X							32.742,45
UCI-042	Parque Estadual do Cantão				X					89.719,79
UCI-044	Parque Estadual do Jalapão							X		159.976,72
UCI-045	Parque Estadual do Lajeado						X			11.332,14
UCI-080	Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba							X		130.950,35
UCI-084	Parque Nacional do Araguaia				X					558.562,25
UCS-125	Reserva Extrativista Extremo Norte do Estado do Tocantins	X								9.110,46

⁽¹⁾ Não estão incluídas, na tabela, unidades de conservação da categoria “reserva particular do patrimônio natural” (6 áreas).

⁽²⁾ Microrregiões geográficas identificadas pelas iniciais indicadas a seguir – BP: Bico do Papagaio, AR: Araguaína, MT: Miracema do Tocantins, RF: Rio Formoso, GU: Gurupi, PN: Porto Nacional, JA: Jalapão, DI: Dianópolis.

⁽³⁾ Área territorial das unidades de conservação é informada conforme registrado na soma das alocações municipais no estado, de acordo com o Painel de Unidades de Conservação do Instituto Socioambiental.

X: Indica a microrregião geográfica onde está situada cada unidade de conservação.

Fonte: Brasil (2024b), Incra (2025) e Instituto Socioambiental (2025a).

0,7770 Índice de Gini para
concentração de
terras

54,7% Área estadual em
estabelecimentos
agropecuários

0,4250 Índice de concentração
fundiária ajustado
para o percentual
da área estadual em
estabelecimentos
agropecuários

Fonte: IBGE (2017).

O componente final desta seção refere-se à concentração fundiária. Para avaliar o nível de concentração de terras no estado do Tocantins, é utilizado o índice de Gini, calculado a partir das classes de tamanho dos estabelecimentos agropecuários informadas no último Censo Agropecuário (IBGE, 2017). No estado do Tocantins, este índice é de 0,7770. Entre os nove estados da Amazônia Legal Brasileira, o Tocantins apresenta o terceiro menor índice de concentração fundiária, sendo superior apenas aos de Rondônia e Acre. Porém, considerando que a área estadual compreendida por estabelecimentos agropecuários alcança 54,7% do total estadual, um hipotético índice de concentração fundiária ajustado para esta proporção resultaria em 0,4250, sendo inferior apenas ao do estado de Mato Grosso.

10.4

Produção agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura

O IBGE é a fonte dos dados apresentados nesta seção. Foram utilizados os resultados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) e as estimativas mais recentes referentes ao ano de 2023 para a produção agrícola municipal (PAM) (IBGE, 2023a), produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS) (IBGE, 2023b) e produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c). Apesar dos 6 anos que separam as datas de referência de cada instrumento, é significativa a discrepância, para um mesmo produto ou espécie, entre valores reportados pelo Censo Agropecuário de 2017 e pelas estimativas anuais de 2023, o que justifica que ambos sejam apresentados neste trabalho. Não há equivalência completa entre produtos e espécies reportadas pelos dois instrumentos. Por essa razão, quando ocorrer, a indisponibilidade do respectivo dado é indicada no corpo das tabelas conforme convenção explicada em nota de rodapé. Para melhor identificar os produtos de maior relevância econômica em cada segmento, são utilizadas cores diferenciadas nas tabelas, sendo necessário destacar que os dados se referem à quantidade total produzida, e não apenas à que foi comercializada. Devido à política de proteção da confidencialidade das respostas individuais adotada pelo IBGE, quando menos de três informantes



respondem a determinada pergunta do Censo Agropecuário de 2017, suas respostas são omitidas nas tabelas disponibilizadas, sendo expressas pelo símbolo “X”.

Extração vegetal

A produção extrativista vegetal para 30 produtos não madeireiros é reportada na Tabela 10.5. Para cada uma dessas espécies e produtos, são informados o número total de estabelecimentos que registraram a respectiva produção no Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), as quantidades produzidas e os respectivos valores, sendo, neste caso, apresentados os dados das duas fontes (IBGE, 2017, 2023b). No estado do Tocantins, foram reportados 22 dos 30 produtos do extrativismo não madeireiro, sendo que 10 deles apresentaram relevância econômica, que é definida, neste estudo, como o valor da produção anual superior a R\$ 1 milhão em pelo menos uma das pesquisas e/ou a produção reportada em pelo menos 100 estabelecimentos agropecuários. Pelo critério de valor da produção, quatro produtos se destacaram: pequi, babaçu (amêndoa e coco) e buriti. Em termos de engajamento de produtores, o pequi foi destacadamente o produto extrativista de maior relevância no estado do Tocantins, tendo sido reportada sua produção em mais de 6 mil estabelecimentos agropecuários. Enquanto, no Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), o valor da produção de pequi foi de R\$ 2,1 milhões, a pesquisa anual (IBGE, 2023b) estimou esse valor em R\$ 3,9 milhões. A produção de buriti foi reportada em 2.280 estabelecimentos, com valor de R\$ 1,2 milhão em 2017, enquanto babaçu (amêndoa e coco) foram reportados respectivamente em 446 e 344 estabelecimentos, com valores de produção de R\$ 1,4 milhão e R\$ 1,5 milhão. Outros seis produtos do extrativismo vegetal não madeireiro tiveram produção reportada em mais de 100 estabelecimentos agropecuários

Tabela 10.5. Produtos da extração vegetal no estado do Tocantins.

Produto da extração vegetal	Número de estabelecimentos agropecuários	Quantidade produzida (t)		Valor da produção (mil R\$)	
		Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾
Açaí	89	9	26	27	173
Andiroba	0	0	...	0	...
Babaçu (amêndoa)	446	1.359	288	1.432	1.406
Babaçu (coco)	344	387	...	1.494	...
Bacaba	1.160	124	...	371	...
Bacuri	151	42	...	281	...
Baru	88	7	...	181	...
Borracha	0	0	40	0	232
Buriti	2.280	408	...	1.183	...
Cacau	13	1	...	3	...
Cajarana	201	42	...	145	...
Camu-camu	0	0	...	0	...
Castanha-do-brasil	4	2	0	6	0
Copaíba	5	1	0	8	3
Cumarú	0	0	0	0	0
Cupuaçu	77	8	...	66	...
Jaborandi	4	0	0	0	0
Juçara	1	X	...	X	...
Maçaranduba	0	0	0	0	0
Macaúba	288	11	...	14	...
Mangaba	927	29	6	164	72

Continua...

Tabela 10.5. Continuação.

Produto da extração vegetal	Número de estabelecimentos agropecuários	Quantidade produzida (t)		Valor da produção (mil R\$)	
		Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾
Murici	821	82	...	373	...
Murumuru	0	0	...	0	...
Palmito	21	1	0	3	0
Pequi	6.069	1.540	3.002	2.127	3.996
Piaçava	10	7	0	16	0
Pupunha	1	X	...	X	...
Tucum	...	...	0	...	0
Tucumã	0	0	...	0	...
Ucuuba	0	0	...	0	...

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS) (IBGE, 2023b).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

X: Respostas omitidas (por terem menos de três informantes).

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023b).

em 2017: bacaba (1.160 estabelecimentos e valor da produção de R\$ 371 mil), mangaba (927 estabelecimentos e valor de produção de R\$ 164 mil), murici (821 estabelecimentos e valor de produção de R\$ 373 mil), macaúba (288 estabelecimentos e valor de produção de R\$ 14 mil), cajarana (201 estabelecimentos e valor de produção de R\$ 145 mil) e bacuri (151 estabelecimentos e valor de produção de R\$ 281 mil).

Silvicultura

A Tabela 10.6 indica que, no estado do Tocantins, 473 estabelecimentos declararam, no Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), gerar produtos da silvicultura, com o plantio de 104 milhões árvores (sendo 96% de eucalipto), área cortada de 36 mil hectares e valor de produção superior a R\$ 46 milhões. Já a pesquisa anual da PEVS (IBGE, 2023b) registrou uma área total de plantios florestais de 104 mil hectares (sendo 91% de eucalipto) e valor da produção da silvicultura de cerca R\$ 38 milhões, sendo 53% deste valor referente à madeira em tora para papel e celulose e 36% relativo à lenha.

Tabela 10.6. Produtos da silvicultura no estado do Tocantins.

Produto da silvicultura	Número de estabelecimentos agropecuários		Área (ha)		Número de pés (mil)	Valor da produção (mil R\$)				
	Agro 2017 ⁽¹⁾		Cortada	Total		PEVS 2023 ⁽²⁾				Agro 2017 ⁽¹⁾
	Com espécie	Com produto	Agro 2017 ⁽¹⁾	PEVS 2023 ⁽²⁾		Lenha	Madeira em tora: papel	Madeira em tora: outro	Carvão	Total
Total	217	473	36.338	103.645	104.210	13.694	20.694	3.756	218	38.362
Eucalipto	174	...	26.869	94.748	100.213	...	...	...	...	...

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).
⁽²⁾ Dados referentes à estimativa de 2023 especificamente relacionadas à produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS) (IBGE, 2023b).
Três-pontos (...): Informação não disponível.
Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.
Fonte: IBGE (2017, 2023b).

Agricultura

A produção agrícola do estado do Tocantins é apresentada nas Tabelas 10.7 e 10.8, incluindo 36 espécies distribuídas em três categorias [culturas perenes de espécies nativas, culturas perenes de espécies exóticas e culturas anuais ou bianuais (nativas ou exóticas)], cada qual com 12 espécies. São informados o número total de estabelecimentos que reportaram a respectiva produção (e, no caso de culturas perenes, aqueles com menos de 50 pés e com 50 pés ou mais) e o número de pés (colhidos) para cada espécie. São também reportadas a área total conforme IBGE (2017, 2023a) e a colhida conforme IBGE (2023a) para culturas perenes, enquanto, para culturas anuais e bianuais, informa-se a área colhida conforme as duas bases de dados.

No Censo Agropecuário de 2017, as culturas perenes de espécies nativas reportadas pelo maior número de estabelecimentos produtores no estado foram caju (10.377), goiaba (10.208), maracujá (1.308) e cupuaçu (1.156), enquanto, em termos de valor da produção, destacaram-se borracha (R\$ 1,3 milhão em 1.359 ha colhidos) e maracujá (R\$ 1 milhão em 49 ha colhidos). Considerando as estimativas de IBGE (2023a), a produção de 2.485 ha de seringueira gerou renda superior a R\$ 27 milhões, enquanto valor superior a R\$ 7 milhões teria sido obtido em 237 ha de açaí e R\$ 6,1 milhões em 153 ha de maracujá. Para culturas perenes exóticas, os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) e das estimativas de 2023 relacionadas à PAM (IBGE, 2023a) indicam, respectivamente, três e cinco produtos com receita anual superior a

R\$ 1 milhão, com destaque para banana [R\$ 27 milhões em 1.180 ha de área colhida conforme IBGE (2017) e R\$ 86 milhões conforme IBGE (2023a)] e coco-da-bahia [(R\$ 4,2 milhões em 203 ha conforme IBGE (2017) e R\$ 6,8 milhões em 307 ha conforme IBGE (2023a)], sendo 9.550 estabelecimentos agropecuários com produção de banana e 6.654 de laranja. A outra cultura perene que se destacou em termos de valor de produção, conforme IBGE (2017), foi mamão (R\$ 1,5 milhão), enquanto as estimativas do IBGE (2023a) registraram valores de R\$ 2,4 milhões para manga, R\$ 1,8 milhão para laranja e R\$ 1,1 milhão para limão, com áreas colhidas respectivamente de 161, 79 e 26 ha.

Por fim, em relação às culturas anuais e bianuais, soja, arroz e milho foram as de maior destaque no Tocantins, inclusive entre todos os 36 produtos da agricultura do estado, com valores de produção anual registrados pelo Censo Agropecuário de 2017 em R\$ 2 bilhões para a soja (728 mil hectares colhidos em 1.086 estabelecimentos), R\$ 433 milhões para arroz (100 mil hectares colhidos em 5.507 estabelecimentos) e 378 milhões para milho (205 mil hectares colhidos em 11.382 estabelecimentos). As estimativas de IBGE (2023a) registraram valores de R\$ 9,8 bilhões para soja (em 1,3 milhão de hectares), R\$ 1,9 bilhão para milho (em 527 mil hectares) e R\$ 1,4 bilhão para arroz (em 108 mil hectares). Mandioca, cana-de-açúcar, abacaxi e feijão são outras culturas anuais de destaque no estado do Tocantins. Segundo as estimativas de IBGE (2023a), em 2023, o valor da produção alcançou R\$ 476 milhões para mandioca (em 15.066 ha), R\$ 416 milhões para cana-de-açúcar (em 36.638 ha), R\$ 346 milhões para abacaxi (em 5.119 ha) e R\$ 256 milhões para feijão (em 53.029 ha).

Tabela 10.7. Produtos da agricultura no estado de Tocantins: culturas perenes.

Produto da agricultura	Número de estabelecimentos agropecuários			Quantidade produzida (t) ⁽²⁾		Valor da produção (mil R\$)		Área (ha)			Número de pés (mil)			
	Agro 2017 ⁽¹⁾			Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Total	Colhida		Agro 2017 ⁽¹⁾			
	Com menos de 50 pés	Com 50 pés ou mais	Total						Total	Colhida	Total	Com menos de 50 pés	Com 50 pés ou mais	Total
Culturas perenes de espécies nativas														
Açaí	542	61	603	90	1.259	369	7.020	116	25	237	2	64	11	
Borracha / seringueira	3	15	18	410	6.494	1.330	27.071	3.032	1.359	2.485	X	1.306	387	
Cacau	248	10	258	7	0	41	0	11	6	0	1	13	8	
Caju	10.242	135	10.377	121	5	271	8	188	106	7	24	62	37	
Camu-camu	3	0	3	X	...	X	...	X	X	...	0	X	X	
Cupuaçu	1.045	111	1.156	109	...	777	...	77	39	...	4	34	21	
Goiaba	10.193	15	10.208	47	0	134	0	15	8	0	17	3	2	
Guaraná	2	0	2	X	0	0	0	X	X	0	X	X	X	
Maracujá	1.238	70	1.308	378	1.509	1.033	6.193	83	49	153	2	54	45	
Palmito	71	17	88	4	0	18	0	100	9	0	1	86	4	
Pupunha	15	2	17	X	...	0	...	X	X	...	0	X	X	
Urucum	320	3	323	0	0	5	0	6	1	0	0	4	1	

Continua...

Tabela 10.7. Continuação.

Produto da agricultura	Número de estabelecimentos agropecuários			Quantidade produzida (t) ⁽²⁾		Valor da produção (mil R\$)		Área (ha)			Número de pés (mil)		
	Agro 2017 ⁽¹⁾			Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Total	Colhida		Agro 2017 ⁽¹⁾		
	Com menos de 50 pés	Com 50 pés ou mais	Total						Total	Colhida	Total	Colhida	
													Com menos de 50 pés
Culturas perenes de espécies exóticas													
Acerola	8.558	27	8.585	96	...	257	...	24	13	...	12	4	3
Banana	8.048	1.502	9.550	18.214	35.641	26.876	85.872	1.975	1.180	4.156	49	2.285	1.322
Café	202	9	211	1	0	4	0	12	3	0	1	15	0
Coco-da-bahia	6.526	128	6.654	1.882	4.611	4.222	6.847	453	203	307	16	79	56
Dendê	60	2	62	X	0	X	0	X	X	0	0	X	X
Graviola	422	3	425	1	...	10	...	1	0	...	0	1	0
Laranja	8.998	57	9.055	193	991	627	1.760	57	31	79	20	14	9
Limão	9.915	32	9.947	68	496	267	1.096	31	15	26	11	9	6
Mamão	4.590	36	4.626	816	384	1.451	754	79	57	32	7	95	76
Manga	13.244	27	13.271	216	1.253	346	2.413	155	89	161	34	38	27
Pimenta-do-reino	28	7	35	1	2	25	16	10	1	5	0	12	1
Tangerina	1.902	5	1.907	2	70	21	107	5	0	5	2	2	1

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Exceções: Quantidades informadas para banana (IBGE, 2023a) referem-se a cachos, e quantidades informadas para coco-da-bahia referem-se a mil frutos, conforme dados de IBGE (2023a).

⁽³⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção agrícola municipal (PAM) (IBGE, 2023a).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

X: Respostas omitidas (por terem menos de três informantes).

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023a).

Tabela 10.8. Produtos da agricultura no estado de Tocantins: culturas anuais ou bianuais (nativas ou exóticas).

Produto da agricultura	Número de estabelecimentos agropecuários	Quantidade produzida (t) ⁽²⁾		Valor da produção (mil R\$)		Área colhida (ha)	
	Agro 2017 ⁽¹⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	PAM 2023 ⁽³⁾
Abacaxi	845	45.083	108.788	55.276	346.099	2.931	5.119
Abóbora	3.950	4.453	...	6.649	...	1.346	...
Amendoim	177	1.214	26	2.394	92	382	11
Arroz	5.507	513.581	604.375	432.779	1.359.992	100.114	107.632
Cana-de-açúcar	1.603	2.353.782	3.072.997	207.156	415.996	33.459	36.638
Fava	0	0	94	0	1.387	0	101
Feijão	9.301	21.841	77.370	30.704	256.221	26.978	53.029
Malva	0	0	0	0	0	0	0
Mandioca	14.181	49.630	242.167	81.474	475.926	8.668	15.066
Melancia	1.788	41.857	83.797	23.885	113.333	2.506	3.481
Milho	11.382	732.809	2.398.750	377.947	1.946.271	204.621	527.045
Soja	1.086	2.017.693	4.340.578	2.012.018	9.825.827	728.150	1.331.473

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Exceções: Quantidades informadas para abacaxi referem-se a mil frutos, conforme dados de IBGE (2023a).

⁽³⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção agrícola municipal (PAM) (IBGE, 2023a).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023a).

Criação animal

A Tabela 10.9 exhibe os dados relativos ao rebanho de 13 espécies da criação animal no estado do Tocantins. As variáveis apresentadas incluem o número de estabelecimentos com registro da respectiva criação e, dentre estes, o quantitativo de estabelecimentos que comercializaram animais no ano de referência do Censo Agropecuário de 2017. Nesse quesito, destaca-se a criação de bovinos, registrada em mais de 50 mil estabelecimentos (79% do total no estado), sendo que 85% destes comercializam animais. O registro de 48.549 estabelecimentos (76% do total no estado) com criação de galináceos (galos, galinhas, frangas, frangos e pintos) representa a segunda maior frequência dentre aqueles com criação animal no estado do Tocantins, embora apenas 32% destes indiquem terem comercializado estes animais. Em seguida, observam-se as criações de equinos e suínos, que ocorrem respectivamente em 51% e 46% dos estabelecimentos, sendo que 34% dos que criam suínos e 4% dos que criam equinos venderam animais.

Considerando o tamanho do rebanho, as projeções de 2023 para PPM indicam os quantitativos de 11,3 milhões de cabeças de bovinos, 7,9 milhões de galináceos, 195 mil suínos e 186 mil equinos (IBGE 2023c). A receita proveniente da venda de reses não é informada nas pesquisas anuais da PPM, sendo esta informação exclusiva para o ano de referência do Censo Agropecuário (IBGE, 2017). Para 2017, destacou-se, no Tocantins, o valor da venda de bovinos (R\$ 2,6 bilhões, referentes à venda de 1,9 milhão de reses), seguido dos valores de venda de galináceos (R\$ 40,5 milhões, referentes a 12,5 milhões de unidades) e suínos (R\$ 29,2 milhões, referentes a 110 mil cabeças).

Tabela 10.9. Rebanho animal no estado do Tocantins.

Rebanho animal	Número de estabelecimentos agropecuários				Rebanho total (cabeças) ⁽²⁾		Rebanho vendido	
	Agro 2017 ⁽¹⁾				Agro 2017 ⁽¹⁾	PPM 2023 ⁽³⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾	
	Com menos de 50 cabeças	Com 50 cabeças ou mais	Total	Com venda			Cabeças	Valor da venda (mil R\$)
Bovinos	32.369	18.082	50.451	42.853	6.477.537	11.313.309	1.870.699	2.642.090
Bubalinos	...	...	202	43	3.804	6.202	754	1.088
Equinos	...	...	32.239	1.150	125.007	186.341	2.872	5.512
Asininos	...	...	1.981	27	3.389	...	59	331
Muare	...	...	7.485	120	24.767	...	309	517
Caprinos	...	...	1.269	293	29.611	10.229	4.034	1.065
Ovinos	...	...	2.202	547	60.354	89.341	9.482	2.323
Suínos	364	28.740	29.104	9.849	286.173	194.659	110.011	29.186
Galináceos	...	...	48.549	15.435	7.097.914	7.951.284	12.488.000	40.519
Codornas	...	...	330	...	6.110	458	438	7
Patos e gansos	...	...	4.039	...	46.086	...	...	...
Perus	...	...	1.139	...	6.354	...	...	...
Abelhas	...	...	241	...	3.101	...	...	...

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Exceção: Quantidade informada para abelhas refere-se ao número de caixas (colmeias).

⁽³⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023c).

Já em relação aos produtos da criação animal, a Tabela 10.10 indica as produções de ovos (de galinha e codorna), leite e mel no estado do Tocantins, com destaque para a frequência da produção de leite, que ocorreu em 35% dos estabelecimentos agropecuários do estado e chegou a valores de R\$ 264 milhões em 2017 (IBGE, 2017) e com estimativa de R\$ 901 milhões para 2023 (IBGE, 2023c). A produção de ovos foi registrada em 55% dos estabelecimentos, com valor próximo a R\$ 108 milhões segundo IBGE (2017) e R\$ 386 milhões na estimativa de IBGE (2023c). Destaca-se ainda a produção de mel, cujos valores chegaram a R\$ 987 mil (IBGE, 2017) e R\$ 4,3 milhões (IBGE, 2023c).

Por fim, a Tabela 10.11 apresenta os dados da aquicultura e piscicultura no estado do Tocantins. O Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) indica que cerca de 97% do valor da produção da aquicultura naquele ano (R\$ 49,6 milhões) consistiram em produtos da piscicultura, registrados em 574 estabelecimentos. Já os dados da estimativa de 2023 da PPM (IBGE, 2023c) indicam o valor da produção da piscicultura de R\$ 158 milhões, sendo o tambaqui responsável por 49% deste total (R\$ 77 milhões). Outras espécies e híbridos em destaque na piscicultura no estado do Tocantins são tambacu (R\$ 34 milhões) e pintado (R\$ 24 milhões). A tabela inclui dados gerados pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (2020) considerando o ano

Tabela 10.10. Produtos da criação animal no estado de Tocantins.

Produto da criação animal	Número de estabelecimentos agropecuários		Quantidade			Valor (mil R\$)		
	Agro 2017 ⁽¹⁾		Agro 2017 ⁽¹⁾		PPM 2023 ⁽²⁾	Agro 2017 ⁽¹⁾		PPM 2023 ⁽²⁾
	Com produção	Com venda	Produção	Venda	Produção	Produção	Venda	Produção
Ovo de galinha (mil dúzias)	34.956	...	22.258	15.333	53.229	107.787	52.334	386.356
Ovo de codorna (mil dúzias)	364	...	68	13	2	329	73	6
Leite (mil litros)	22.498	8.416	236.544	157.043	417.319	264.219	154.864	900.707
Mel (kg)	233	180		40.000	108.372	987	987	4.294

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023c).

Tabela 10.11. Produtos da aquicultura e piscicultura no estado do Tocantins.

Aquicultura e piscicultura	Agro 2017 ⁽¹⁾			PPM 2023 ⁽²⁾		Censo Piscicultura 2020 ⁽³⁾		
	Número de estabelecimentos agropecuários	Produção (t)	Valor (mil R\$)	Produção (kg)	Valor (mil R\$)	Número de estabelecimentos agropecuários	Produção (kg)	Valor (mil R\$)
Total aquicultura	577	...	49.643	...	...	...	...	...
Total piscicultura	574	5.982	48.141	...	158.470	1.099	14.328.620	93.043.851
Carpa	...	...	...	1.000	25	...	0	0
Curimatá	...	...	...	25.145	250	...	65.636	366.905
Dourado	...	...	...	0	0	...	0	0
Jatuarana	...	...	...	18.450	317	...	0	0
Lambari	...	...	...	0	0	...	413	0
Matrinxã	...	...	...	307.979	4.062	...	462.080	2.763.238
Pacu e patinga	...	...	...	122.794	1.691	...	0	0
Piau e piapara	...	...	...	299.249	3.817	...	344.986	1.676.631
Pintado (surubim)	...	...	...	1.365.303	23.851	...	1.502.787	14.081.114
Pirapitinga	...	...	...	136.764	2.079	...	0	0
Pirarucu	...	...	...	70.553	1.414	...	104.227	1.625.941
Tambacu	...	...	...	2.777.416	34.219	...	1.626.944	13.406.430
Tambaqui	...	...	...	6.033.864	77.733	...	6.881.588	40.188.473
Tilápia	...	...	...	356.086	4.282	...	20	174.393
Traíra	...	...	...	936	11	...	0	0
Tucunaré	...	...	...	15.647	247	...	0	0
Outros peixes	...	...	...	38.010	679	...	3.356.122	18.760.721

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 especificamente relacionadas à produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c).

⁽³⁾ Dados do Censo da Piscicultura do estado do Tocantins, referentes ao ano de 2017 (Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins, 2020).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023c).

8.248
Número de
pescadores

Painel Unificado do
Registro Geral da
Atividade Pesqueira

Fonte: Brasil (2024a).

de 2017. Tais dados indicam que, naquele ano, o número de estabelecimentos agropecuários engajados na piscicultura e o valor da produção foram praticamente o dobro dos obtidos pelo Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

Embora os dados relativos à pesca artesanal não sejam informados nas pesquisas do IBGE, o Painel Unificado de Registro da Atividade Pesqueira, do Ministério da Pesca e Aquicultura (Brasil, 2024a), registra, para o estado do Tocantins, o quantitativo de 8.248 pescadores. Destes, 4.727 são homens (57%) e 3.521 mulheres (43%). Houve um aumento de 20% em relação ao número de pescadores registrados em 2021 (Conab, 2022), quando 7.370 pescadores haviam sido registrados no Tocantins. A proporção de homens pescadores no Tocantins é maior do que a nacional (50,5%), enquanto, entre as mulheres, a proporção é menor do que a taxa brasileira (49,5%). Importante destacar a baixa participação dos jovens, o que dá um alerta sobre uma possível descontinuidade deste modo de vida no Tocantins (Mendes Filho et al., 2020).

Com relação ao grau de escolaridade, mais de 90% dos pescadores do Tocantins são parcial ou completamente alfabetizados, taxa semelhante à do total de pescadores do País. Do público completamente alfabetizado (isto é, com pelo menos o ensino fundamental completo), o Tocantins superou a taxa nacional com 64,6%, contra 62,3% da taxa brasileira. Os parcialmente alfabetizados (isto é, com o ensino fundamental incompleto) constituem 31,2% dos pescadores do Tocantins, contra 33,9% do total no País.

Por fim, a proporção de pescadores não alfabetizados é maior no Tocantins (com 4,2%) do que no Brasil (com 3,7%). Neste sentido, é importante destacar a necessidade de uma sociedade cientificamente alfabetizada e engajada para fomentar a formulação de políticas ambientais mais eficazes (Dobrovolski et al., 2018).

Mesmo sem dados oficiais de produção pesqueira, a Embrapa fez um monitoramento-piloto e amostral dos desembarques em cinco municípios do Tocantins (Araguatins, Araguacema, Couto Magalhães, Esperantina e Xambioá) visando entender esta cadeia produtiva e registrou mais de 4.500 desembarques entre 2019 e 2021 (Prysthon; Mendes, 2023). Os principais resultados deste estudo incluem indicadores importantes como produção, receita bruta, custos de produção, comercialização, destino do pescado e agregação de valor. A produção acumulou 230 t, que, extrapolando para toda a população pesqueira cadastrada nas colônias destes municípios, poderia alcançar 1.000 t. Ou seja, se for considerada a última estatística oficial brasileira, em que o Tocantins produziu 1.800 t em 2010 (Brasil, 2011), percebe-se que a produção oficial pode estar subestimada. A receita gerada no mesmo período foi de R\$ 2,5 milhões, que, se extrapolada para a região do estudo, chegaria a R\$ 19 milhões.

Com relação à comercialização, o pescado desembarcado é predominantemente fresco e/ou resfriado em gelo (Prysthon et al., 2022). Muitos cuidados ainda são necessários, desde a captura (insensibilização e abate) e

conservação a bordo até o desembarque, para que haja uma melhor aceitação em termos de qualidade e aumento no tempo de prateleira (Chicrala et al., 2020).

Quanto ao destino do pescado capturado, mais da metade (51%) é vendido no próprio município (Prysthon; Mendes, 2023). Ou seja, o pescado movimenta a economia local de forma significativa. Cerca de 15% do pescado é vendido a atravessadores (intermediários), 22% à colônia de pescadores e 11% é consumido pela família do próprio pescador, demonstrando o papel fundamental da pesca na segurança alimentar e nutricional (Figura 10.6).

Portanto, é fundamental não apenas manter o consumo e o comércio, mas também incentivar e discutir formas de melhorar ainda mais a qualidade, distribuição e comercialização de pescado nas comunidades pesqueiras onde ocorre. Fortalecer esta cadeia produtiva significa também preservar os hábitos alimentares das comunidades tradicionais, promovendo bem-estar comunitário e sustentabilidade.

É importante lembrar que a Amazônia é cenário da maior taxa de consumo por habitante de pescado do mundo. O peixe faz parte da dieta diária do ribeirinho, que chega a consumir, em algumas regiões, 170 quilogramas por habitante por ano (Isaac et al., 2015), 15 vezes a mais do que o recomendado pela Organização Mundial da Saúde, que é de 11 quilogramas por habitante por ano e 18 vezes a mais do que a média brasileira (9 quilogramas por habitante por ano) (Brasil, 2013). Na Amazônia, comunidades ribeirinhas vêm sofrendo, ao longo dos anos, gradativas substituições por produtos industriais processados (Silva et al., 2017), que são de fácil acesso, mas favorecem o aparecimento de uma série de doenças crônicas relacionadas a estas dietas, como diabetes e câncer (Pollan, 2008).

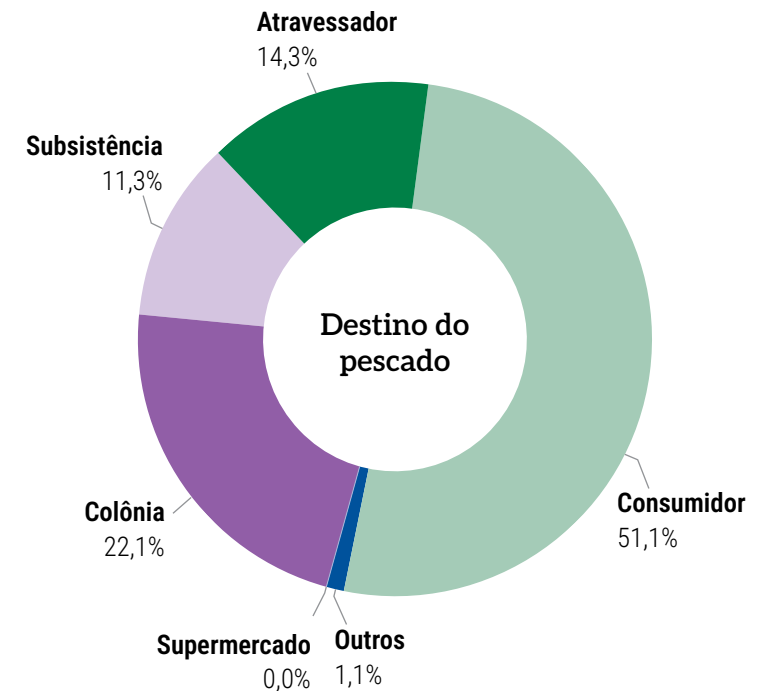


Figura 10.6. Principais destinos do pescado da região de monitoramento pesqueiro no Tocantins, entre 2019 e 2021.

Fonte: Prysthon e Mendes (2023).

Os dados apresentados da Tabela 10.5 à Tabela 10.11 são ilustrados em três gráficos, que sintetizam informações para o conjunto de atividades dos setores agropecuário, da extração vegetal e silvicultura no estado do Tocantins. São utilizadas cores distintas, indicadas pela legenda, para oito segmentos: extrativismo, culturas perenes de espécies nativas, culturas perenes de espécies exóticas, culturas anuais, criação animal, produtos derivados da criação animal, piscicultura e silvicultura. A Figura 10.7 sintetiza a frequência das atividades econômicas específicas nos estabelecimentos agropecuários do estado, indicando o número de unidades que declararam a produção extrativista, da silvicultura, agrícola ou criação animal.

A Figura 10.8 apresenta o valor da produção total (e não apenas do derivado da venda) obtido nestes estabelecimentos para cada cultura, espécie ou produto, de acordo com IBGE (2017), enquanto a Figura 10.9 apresenta os valores de acordo com as estimativas das pesquisas anuais de PAM, PEVS e PPM de 2023 (IBGE, 2023a, 2023b, 2023c).

A Tabela 10.12 e as Figuras 10.10 e 10.11 sintetizam comparativamente os valores das receitas provenientes de cada um desses segmentos produtivos para os dois períodos e fontes de dados utilizados. A tabela reporta os valores absoluto e relativo das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Tocantins, de acordo com a tipologia de 11 atividades econômicas, enquanto as figuras apresentam a contribuição percentual de cada atividade para o valor total da produção, de acordo, respectivamente, com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) e com as pesquisas anuais referentes ao ano de 2023 (IBGE, 2023a, 2023b, 2023c).

Na tabela e nas figuras, o valor da produção do extrativismo vegetal é apresentado separadamente para extrativismo madeireiro e não madeireiro, sendo que o Censo Agropecuário (IBGE, 2017) apresenta dados de três produtos madeireiros: lenha, madeira em tora para papel e madeira em tora para outras

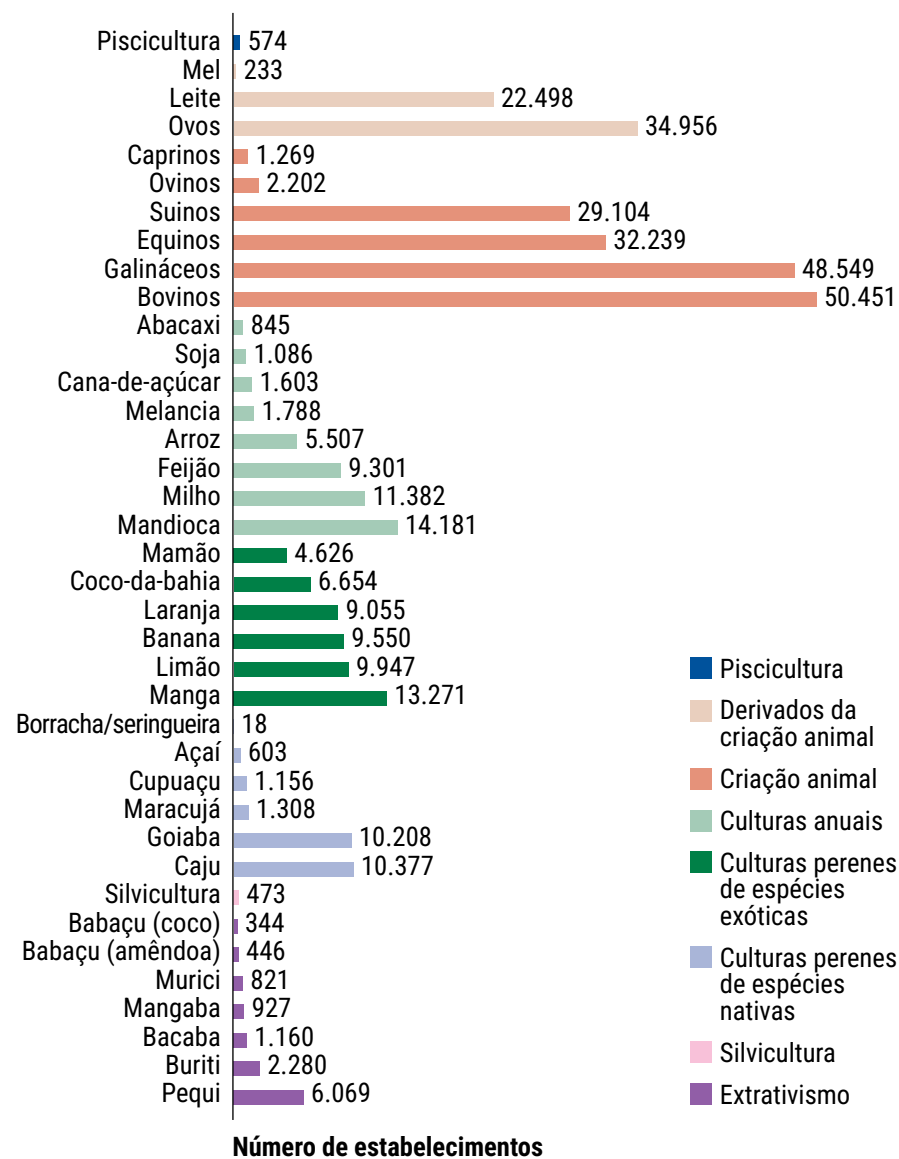


Figura 10.7. Número de estabelecimentos agropecuários com registro de produção no estado do Tocantins.

Fonte: IBGE (2017).

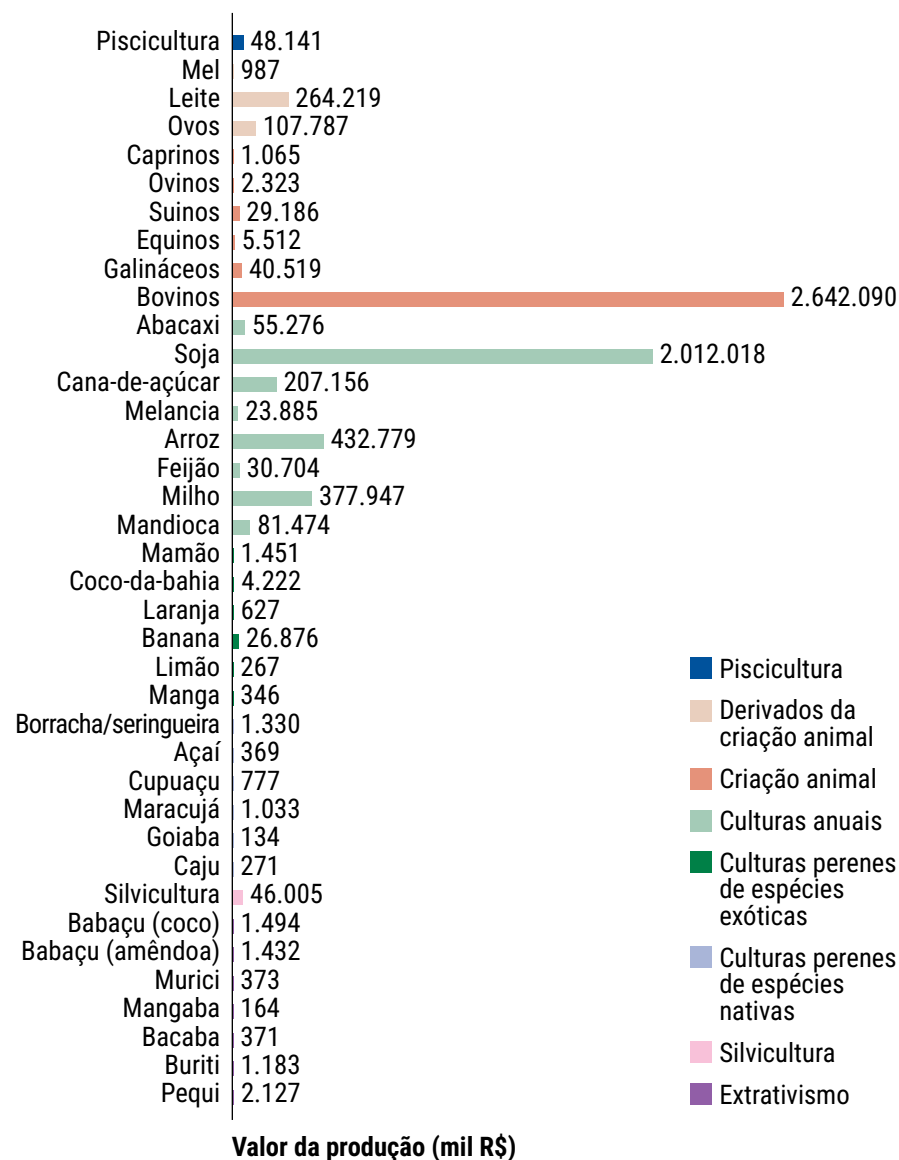


Figura 10.8. Valor (em mil R\$) das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Tocantins conforme o Censo Agropecuário de 2017.

Fonte: IBGE (2017).

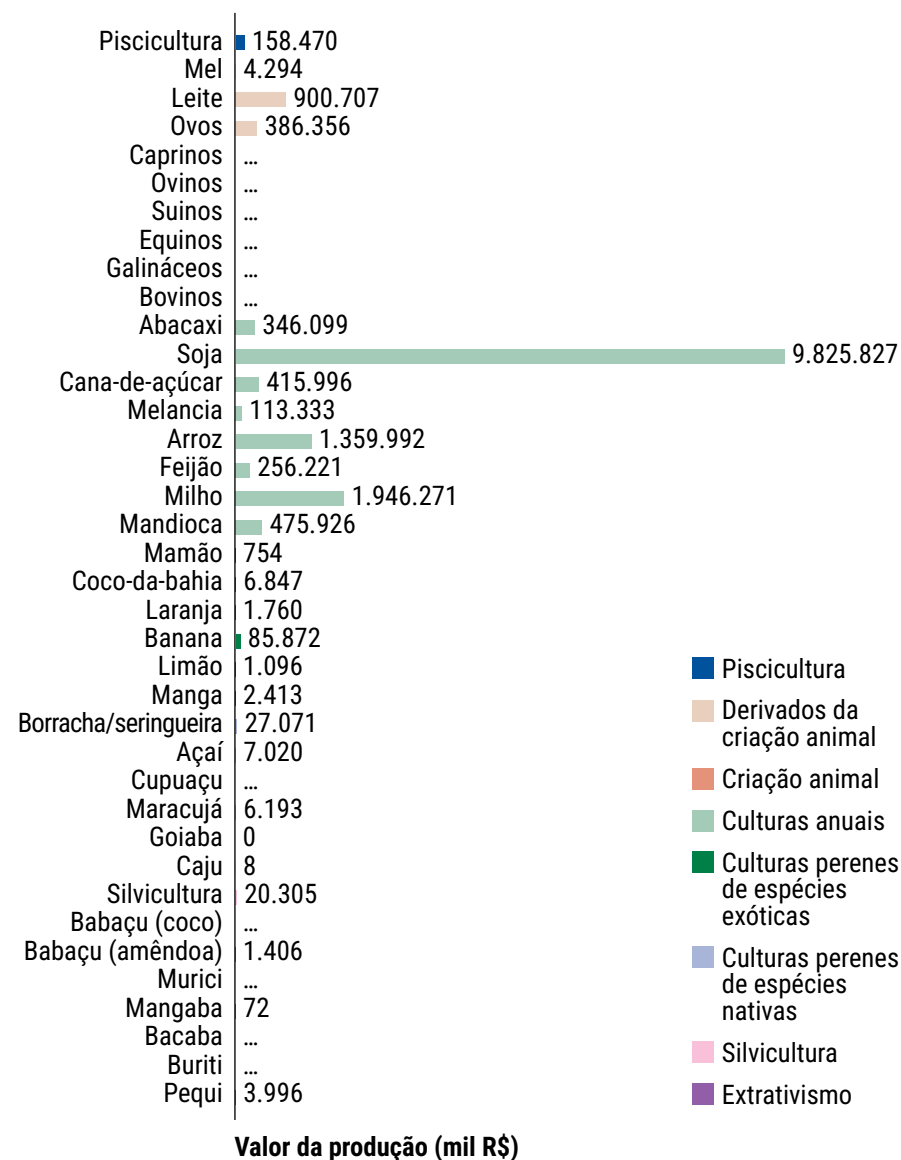


Figura 10.9. Valor (em mil R\$) das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Tocantins conforme as estimativas de 2023.

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Fonte: IBGE (2023a, 2023b, 2023c).

Tabela 10.12. Valor das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Tocantins.

Produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura	Agro 2017 ⁽¹⁾		PAM, PEVS e PPM 2023 ⁽²⁾	
	Valor (mil R\$)	Participação no valor total (%)	Valor (mil R\$)	Participação no valor total (%)
Extrativismo não madeireiro	9.045	0,1	8.348	0,1
Extrativismo madeireiro	9.962	0,1	52.442	0,3
Culturas perenes: espécies nativas	4.413	0,1	40.292	0,2
Culturas perenes: espécies exóticas	34.727	0,5	98.880	0,6
Culturas anuais: agricultura familiar	240.212	3,6	14.869.694	89,8
Culturas anuais: agricultura empresarial	3.177.647	47,7		
Silvicultura	46.005	0,7	38.362	0,2
Pecuária: venda de bovinos	2.642.090	39,6	...	...
Pecuária: venda de outras criações	80.548	1,2	...	...
Produtos da criação animal (leite, ovos, mel)	373.322	5,6	1.291.363	7,8
Piscicultura e aquicultura	49.643	0,7	158.470	1,0
Total	6.667.614	100,0	16.557.851	100,0

⁽¹⁾ Dados referentes ao Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017).

⁽²⁾ Dados referentes a estimativas de 2023 relacionadas a todas as suas categorias: produção agrícola municipal (PAM) (IBGE, 2023a), produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS) (IBGE, 2023b) e produção pecuária municipal (PPM) (IBGE, 2023c).

Três-pontos (...): Informação não disponível.

Linhas destacadas com : Identificação de produtos de maior relevância econômica em cada segmento.

Fonte: IBGE (2017, 2023a, 2023b, 2023c).

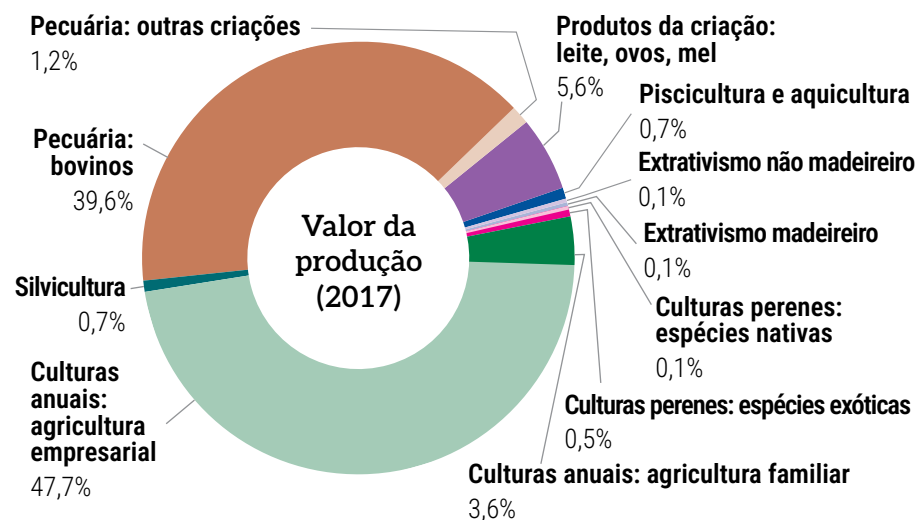


Figura 10.10. Valor das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Tocantins, em relação ao valor total, conforme o Censo Agropecuário de 2017.

Fonte: IBGE (2017).

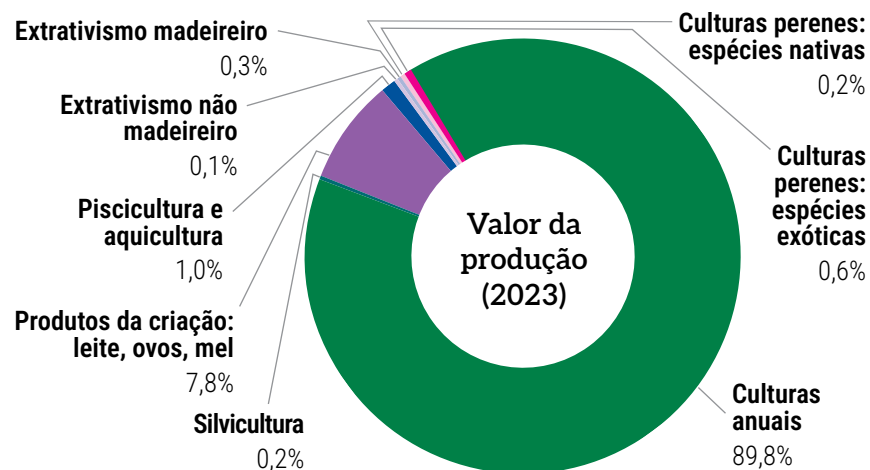


Figura 10.11. Valor das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Tocantins, em relação ao valor total, conforme as estimativas de 2023.

Fonte: IBGE (2023a, 2023b, 2023c).

finalidades. Já as estimativas anuais de IBGE (2023b) relativas à extração vegetal madeireira incluem dados para lenha, madeira em tora (de forma agregada) e carvão vegetal, que não constam da relação reportada por IBGE (2017). Na Tabela 10.12, os produtos da agricultura são apresentados em quatro categorias: culturas perenes de espécies nativas, culturas perenes de espécies exóticas, culturas anuais produzidas pela agricultura familiar e culturas anuais produzidas por outros estabelecimentos agropecuários (aqui designados como agricultura empresarial). Esta última distinção, contudo, só está disponível em IBGE (2017). Outra diferença importante entre as duas fontes de dados reside na categoria pecuária: ao contrário de IBGE (2017), que informa o valor do rebanho comercializado no ano de referência, as estimativas de 2023 para a produção da pecuária exceto para piscicultura e aquicultura (IBGE, 2023c) não incluem a receita da venda de animais, limitando-se a reportar o valor da produção derivada da criação animal (leite, ovos, mel); isso reduz significativamente a porcentagem do valor derivado da produção animal quando comparada com os dados de IBGE (2017).

Analisando os dados apresentados, constata-se que o conjunto das produções agropecuária, da extração vegetal e da silvicultura no estado do Tocantins alcançou, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), o valor de R\$ 6,7 bilhões, sendo que a produção de culturas anuais pela agricultura empresarial representou 48% deste total. Em seguida, aparece a receita da venda de bovinos, que representou 40% deste total, seguida de produtos da criação animal (5,6%). Já as estimativas para 2023 obtidas a partir das pesquisas anuais do IBGE (2023a, 2023b, 2023c), que não incluem a receita da venda do rebanho animal, totalizam R\$ 16,6 bilhões no estado do Tocantins, dos quais 90% são provenientes de culturas anuais, seguidas de produtos da criação animal (8%).

10.5

Indicadores sociais

Os dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) no estado do Tocantins indicam, para julho de 2025, um total de 368.248 famílias inscritas. Embora não exista uma correspondência exata entre o número de famílias e o de domicílios particulares permanentes, que, no Tocantins, totalizaram 513.796 em 2022, conforme apurado pelo Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022a), o número de famílias inscritas no CadÚnico representava pouco menos de 72% dos domicílios do estado. Desse total, mais de 146 mil famílias (40%) correspondiam àquelas em condição de maior vulnerabilidade ou em situação de pobreza, enquanto cerca de 86 mil (23%) eram consideradas de baixa renda. A Figura 10.12 indica que cerca de 41% das famílias inscritas no CadÚnico no estado do Tocantins são beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo que esse percentual alcançava 89% das famílias em situação de pobreza e 35% das famílias de baixa renda.

Em 2022, o estado do Tocantins apresentou produto interno bruto (PIB) per capita de R\$ 38.512 (IBGE, 2024), equivalente a 77,6% do PIB per capita nacional (R\$ 49.638,29). Criado em 1990, o índice de desenvolvimento humano (IDH) global vem sendo publicado anualmente desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH foi desenvolvido como alternativa ao PIB, para enfatizar que as pessoas e o desenvolvimento de suas

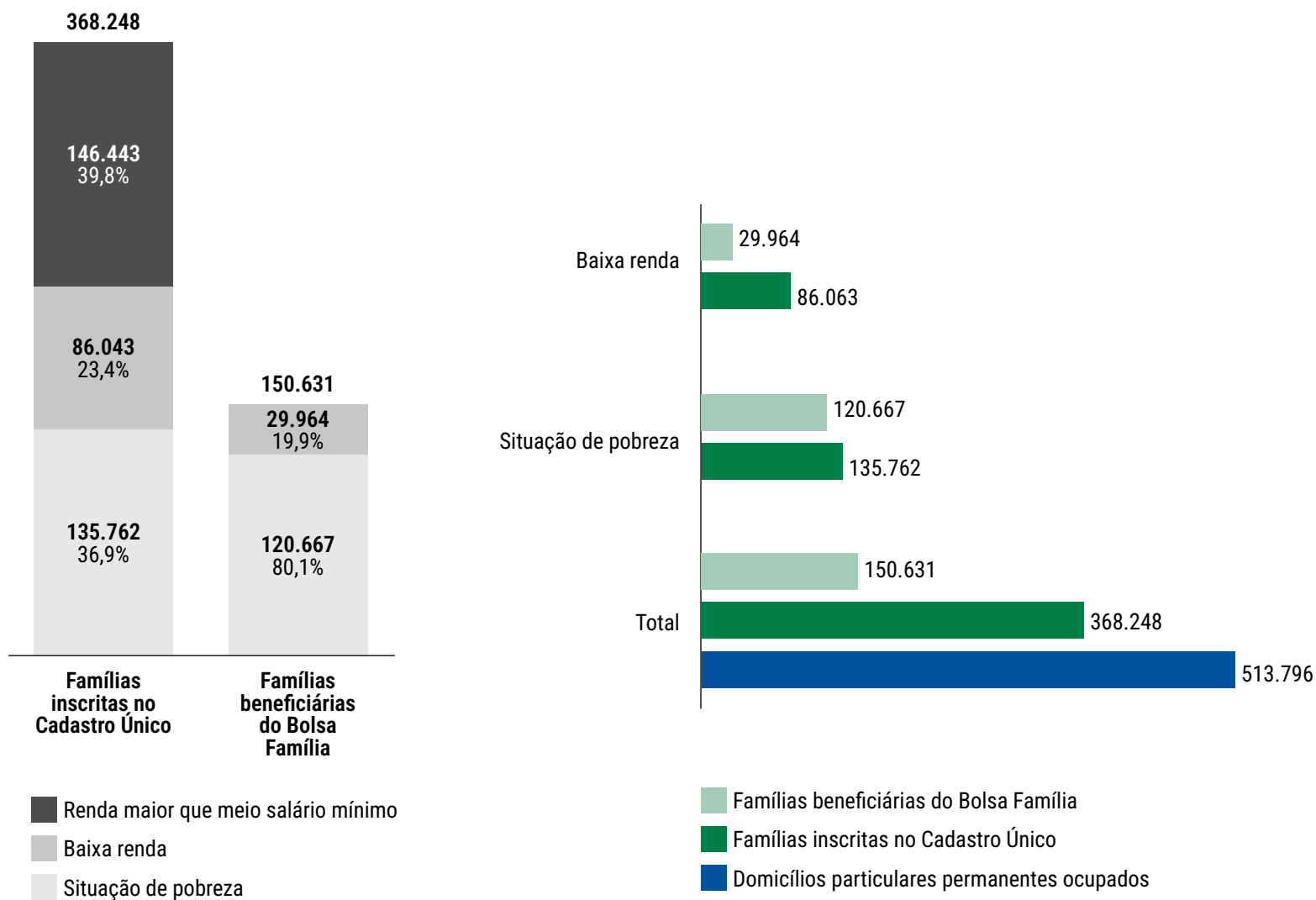


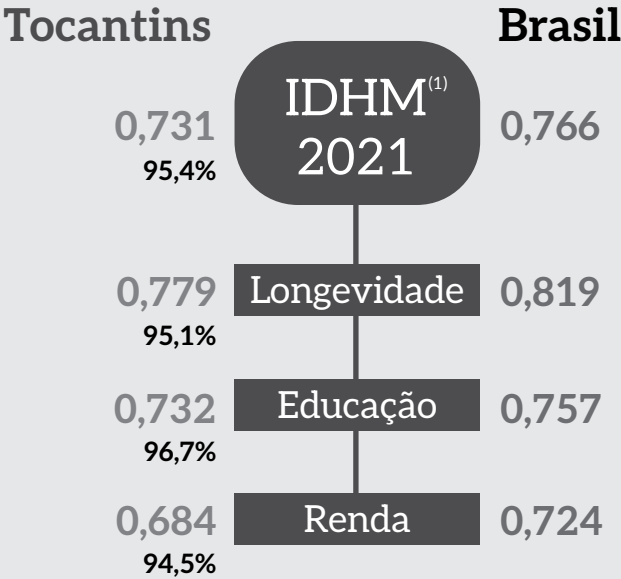
Figura 10.12. Famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), no estado do Tocantins.

Fonte: IBGE (2022a) e Brasil (2025a, 2025b).

capacidades devem estar no centro das decisões ao avaliar o desenvolvimento de um país (Atlas.Br, 2024).

No Brasil, o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é composto pelas mesmas três dimensões do IDH global – longevidade, educação e renda – e ajusta a metodologia global à disponibilidade de indicadores nacionais. O IDHM utiliza dados tanto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) como dos censos demográficos para sua construção. Considerando as três dimensões do IDHM, o desempenho do estado do Tocantins, em 2021, calculado com base nos dados da PNAD, foi de 0,731, sendo que o melhor resultado foi para a dimensão “longevidade” (0,779), seguida de “educação” (0,732) e “renda” (0,684) (Atlas.Br, 2021). Em comparação com o IDHM calculado para o País, o resultado para o Tocantins variou de 94,5% (renda) a 96,7% (educação), sendo que o IDHM geral do estado representou 95,4% do total nacional (Pnud Brasil, 2024).

O IDHM afere as condições de vida e acesso às oportunidades para indivíduos que lhes permitam, em maior ou menor medida, alcançar a vida que desejam. Já o índice de vulnerabilidade social (IVS), criado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a partir de dados do censo demográfico, complementa o IDHM ao aferir situações que desfavorecem a inserção social e oportunidades. Os valores do IVS são expressos em uma escala de 0 a 1 com três casas decimais, em que 0 corresponde à ausência de vulnerabilidade e 1 à vulnerabilidade máxima. O IVS é classificado em cinco intervalos correspondentes a graus qualitativos de vulnerabilidade (0–0,200, muito baixo; 0,201–0,300, baixo; 0,301–0,400, médio; 0,401–0,500, alto; e acima de 0,50, muito alto). O IVS para o estado do Tocantins era, para 2010, de 0,320 (Figura 10.13). Dos três subíndices do IVS, o de maior vulnerabilidade no estado era capital humano (0,399), enquanto infraestrutura urbana apresentava o melhor desempenho (0,217).



⁽¹⁾ IDHM: Índice de desenvolvimento humano municipal.
Fonte: Atlas.Br (2021, 2024) e Pnud Brasil (2024).

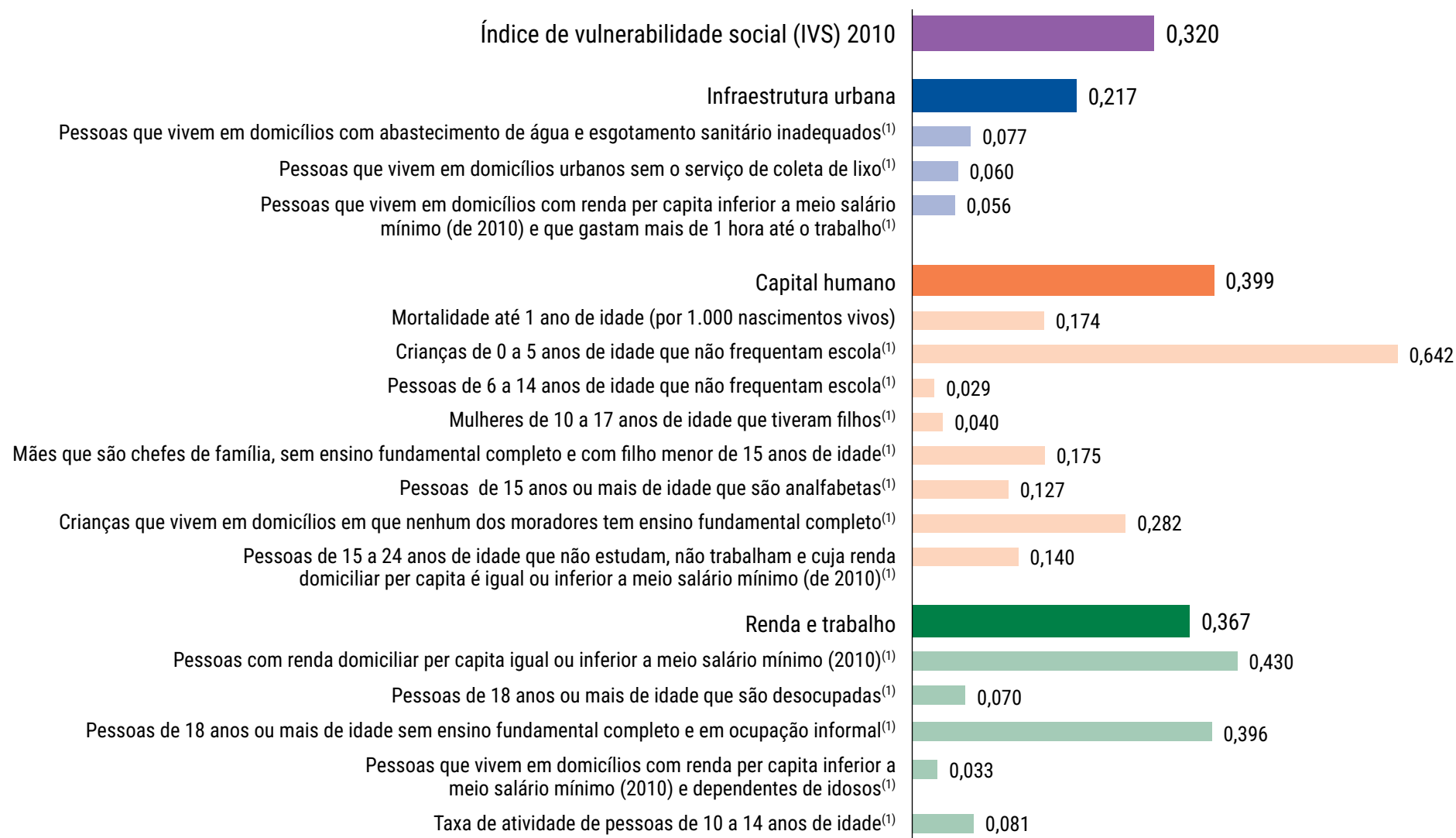


Figura 10.13. Índice de vulnerabilidade social (IVS) do estado do Tocantins, em 2010, incluindo subíndices.

⁽¹⁾ Valores originais dos componentes de cada eixo do IVS (em porcentagem) são expressos como fração decimal.

Fonte: Adaptado de Ipea (2010).

O índice de progresso social Brasil (IPS Brasil) é uma iniciativa do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) em parceria com outros órgãos. Conforme apresentado na Figura 10.14, o IPS Brasil 2024 alcançava 58,26 para o estado do Tocantins. O componente de melhor desempenho no estado resultou ser “necessidades humanas básicas” (70,27), com destaque positivo para o indicador “moradia” (85,74) e negativo para “segurança pessoal” (50,47). A dimensão “fundamentos de bem-estar” vem em seguida (63,63), com melhor desempenho para o indicador “acesso ao conhecimento básico” (73,57) e pior desempenho para “saúde e bem-estar” (59,09). Dentre as três dimensões do IPS Brasil, a que apresentou pior desempenho no estado do Tocantins foi “oportunidades” (41,55), sendo que o destaque negativo foi atribuído a “direitos individuais” (36,15).

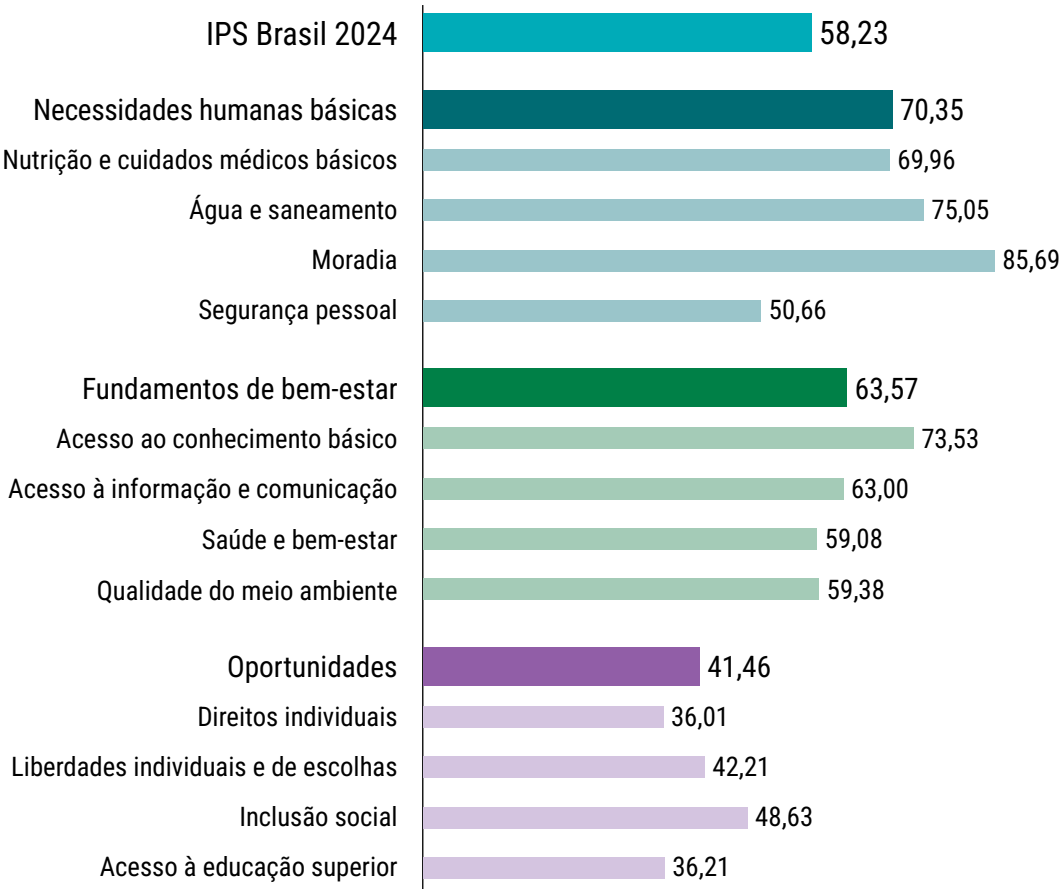


Figura 10.14. Índice de progresso social Brasil (IPS Brasil) de 2024 do estado do Tocantins.

Fonte: IPS Brasil (2024).

10.6

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS SANEAMENTO BÁSICO. **Cursos d'Água**: base hidrográfica Ottocodificada Multiescalas 2017 (BHO 2017). Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/0c698205-6b59-48dc-8b5e-a58a5dfcc989>. Acesso em: 15 out. 2024.

ATLAS.BR. **Desenvolvimento humano**. 2024. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>. Acesso em: 8 maio 2025.

ATLAS.BR. **Ranking**. 2021. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 8 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/191>. Acesso em 23 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Painel unificado do RGP**. Brasília, DF, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira>. Acesso em: 23 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cadastro Único**. Brasília, DF, 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Vis Data 3 beta**. Brasília, DF, 2025b. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC**. Brasília, DF, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/areas-protegidas/plataforma-cnuc-1>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**: ano-base 2021. Brasília, DF, 2021.

CHICRALA, P. C. M. S.; PRYSTHON, A.; KATO, H. C. A.; SOBREIRA, C. B.; MUJICA, P. Y. C. **Boas práticas para abate e conservação a bordo na pesca artesanal, rio Araguaia, Tocantins**. Palmas, TO: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2020. (Embrapa Pesca e Aquicultura. Comunicado técnico, 2). Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/216038/1/CNPASA-2020-ct02.pdf>. Acesso em: 25 out 2024.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Observatório terras quilombolas**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>. Acesso em: 15 out. 2024.

CONAB. **Boletim Hortigranjeiro**, v. 8, n. 4, abr. 2022. Edição Especial Pescados. Disponível em: https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/hortigranjeiros-prohort/boletim-hortigranjeiro/boletim-hortigranjeiro-2022/boletim_hortigranjeiro_abril_2022-perodo-eleitoral.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

DANTAS, M. E.; SHINZATO, E.; CARVALHO FILHO, A.; LUMBRERAS, J. F.; TEIXEIRA, W. G.; ROCHA, M. G.; MACHADO, M. F. Origem das paisagens do Estado do Tocantins. In: ROCHA, M. G. (org.). **Geodiversidade do Estado do Tocantins**. Goiânia: CPRM, 2019. p. 47-84.

DOBROVOLSKI, R.; LOYOLA, R.; RATTIS, L.; GOUVEIA, S. F.; CARDOSO, D.; SANTOS-SILVA, R.; GONÇALVES-SOUZA, D.; BINI, L. M.; DINIZ-FILHO, J. A. F. Science and democracy must orientate Brazil's path to

sustainability. **Perspectives in Ecology and Conservation**, v. 16, n. 3, p. 121-124, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pecon.2018.06.005>.

FLORES, R. M. V.; PEDROZA FILHO, M. X.; AMBRÓSIO, L. D.; REBELATTO JUNIOR, I. A. **Avaliação dos fatores socioeconômicos ligados à implantação de parques aquícolas**: um estudo do reservatório de Peixe Angical, Tocantins. Palmas, TO: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2016. 66 p. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1056400>. Acesso em: 15 out. 2024.

FUNAI. **Terras indígenas**: dados geoespaciais e mapas. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Bases Cartográficas Contínuas – Brasil**: escala 1:250.000 – BC250, versão 2023. Rio de Janeiro, 2023d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Censo 2010**: Tabela 9923 - População residente, por situação do domicílio. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9923>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017/resultados-definitivos#extracao-vegetal>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Censo demográfico 2022**: população e domicílios - primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro, 2022a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. Em 2022, PIB cresce em 24 unidades da federação. **Agência IBGE Notícias**, 14 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41893-em-2022-pib-cresce-em-24-unidades-da-federacao>. Acesso em: 15 maio 2025.

IBGE. **Malha Municipal**. Rio de Janeiro, 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?edicao=36516&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM**. Rio de Janeiro, 2023c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal – PAM**. Rio de Janeiro, 2023a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS**. Rio de Janeiro, 2023b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/tabelas>. Acesso em: 15 out. 2024.

INCRA. **Projetos de assentamentos total**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>. Acesso em: 15 mar. 2025.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS. **Censo da piscicultura no Tocantins**. Palmas, TO: Ruraltins, 2020. 96 p. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/508166/>. Acesso em: 15 out. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (Brasil). **TerraBrasilis. PRODES (Desmatamento)**. 2025. Disponível em: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/amazon/increments>. Acesso em: 15 maio 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Painel de dados**. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados>. Acesso em: 15 jul. 2025a.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Situação atual das terras indígenas**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 15 jul. 2025b.

IPEA. **Índice de Vulnerabilidade Social**. 2010. Disponível em: <https://ivs.ipea.gov.br/#/>. Acesso em: 15 maio 2025.

IPS BRASIL. **Índice de Progresso Social Brasil 2024**: qualidade de vida nos 5.570 municípios do Brasil. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. 2024. Disponível em: https://fly.storage.tigris.dev/small-sky-6309/bb244d50-af79-4b62-9b2a-4c001f16ffc8-relatorio_completo.pdf. Acesso em: 30 dez. 2024.

ISAAC, V. J.; ALMEIDA, M.; GIARRIZZO, T.; DEUS, C. P.; VALE, R.; KLEIN, G.; BEGOSSI, A. Food consumption as an indicator of the conservation of natural resources in riverine communities of the Brazilian Amazon. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 87, n. 4, p. 2047-2053, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0001-3765201520140250>.

MAPBIOMAS. **Coleção 9 do MapBiomias da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/cobertura>. Acesso em: 15 maio 2025.

MAPBIOMAS. **Descrição das classes da legenda da coleção 9 do MapBiomias Brasil**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2024/08/Legenda-Colecao-9-Descricao-Detalhada-PDF-PT.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024b.

MAPBIOMAS. **O que é MapBiomias**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/faq/o-que-e-o-mapbiomas/>. Acesso em: 30 dez. 2024a.

MENDES FILHO, O. de R.; FIGUEIREDO, E. S. A.; SILVA, K. C. A.; CINTRA, I. H. A. Characterization of fishermen that integrate the fishing

agreement in the middle river Araguaia region, Tocantins, Brazil.

Research, Society and Development, v. 9, n. 7, p. 1-16, e529974516, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4516>.

OLIVEIRA, T. J. A.; RODRIGUES, W. Uma análise espacial da estrutura produtiva no interior do Brasil: os clusters do agronegócio. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 50, n. 1, p. 153-170. 2019. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2019.891>.

PNUD BRASIL. **Painel IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano/painel-idhm>. Acesso em: 30 out. 2024.

PLANET LABS PBC. **Latest PS Tropical Visual Biannual Archive – Tropical Forest Observatory (TFO)**. [S.l.], 2024. Disponível em: <https://www.planet.com/tropical-forest-observatory/>. Acesso em: 15 out. 2024.

POLLAN, M. **Em defesa da comida**: um manifesto. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008. 271 p.

PRYSTHON, A.; MENDES, P. de P. Iluminando as capturas ocultas no Tocantins: o monitoramento participativo como instrumento de mudança da pesca artesanal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PESCA, 22., 2023, Ipojuca, PE. **Desenvolvimento sustentável e segurança alimentar**: diálogos para o futuro: anais. Ipojuca: FAEP-BR, 2023. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/doc/1156886/1/aprysthon-conbep-2023.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

PRYSTHON, A.; UMMUS, M. E.; TARDIVO, T. F.; PEDROZA FILHO, M. X.; CHICRALA, P. C. M. S.; KATO, H. C. de A.; DIAS, C. R. G.; PAZ, L. R. de S. **A pesca artesanal no rio Araguaia, Tocantins, Brasil**: aspectos tecnológicos e socioeconômicos. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2022. 94 p. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/232772/1/lv-pesca-artesanal-no-rio-Araguaia.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

SILVA, R. de J.; GARAVELLO, M. E. de P. E.; NARDOTO, G. B.; MAZZI, E. A.; MARTINELLI, L. A. Factors influencing the food transition in riverine communities in the Brazilian Amazon. **Environment, Development Sustainability**, v. 19, p. 1087–1102, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10668-016-9783-x>.

TOCANTINS. Secretaria da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 3, de 29 de maio de 2024. Cria o Grupo de Trabalho do Monitoramento de Desembarque Pesqueiro – GTMDP. **Diário Oficial do Estado**, nº 6. 582, 4 jun. 2024b.

TOCANTINS. Secretaria da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 7, de 10 de outubro de 2024. Dispõe sobre o monitoramento de desembarque pesqueiro no âmbito do Programa Trilha da Pesca e Aquicultura. **Diário Oficial do Estado**, nº 6. 675, 11 out. 2024a.

TOCANTINS. Secretaria da Pesca e Aquicultura. Lei Complementar nº 13, de 18 de julho de 1997. Dispõe sobre regulamentação das atividades de pesca, aquicultura, piscicultura, da proteção da fauna aquática e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, nº 5.930, 18 jul. 1997.

TOCANTINS. Secretaria da Pesca e Aquicultura. Lei nº 4.508, de 25 de setembro de 2024. Institui o Programa Trilha da Pesca e Aquicultura, e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado**, nº 6.664, 26 set. 2024c.

TOCANTINS. Secretaria da Pesca e Aquicultura. Portaria nº 30 Gabsec/Sepea, de 16 de agosto de 2024. Cria o Grupo de Trabalho do Monitoramento de Desembarque Pesqueiro – GTMDP. **Diário Oficial do Estado**, nº 6.640, 23 ago. 2024d.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento. **Rodovias**. Disponível em: <https://geoportal.to.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/7f197aed-dd6a-4a54-a583-f36b675b1b93>. Acesso em: 15 jan. 2025.